

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Independente para a Descentralização,
Eng.º João Cravinho

Exmos. Senhores membros da
Comissão Independente para Descentralização,
Professor Doutor João Manuel Machado Ferrão
Professor Doutor António Fontainhas Fernandes
Dr. Alberto João Jardim
Professor Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão
Helena Pinto
Professor Doutor António Carmona Rodrigues

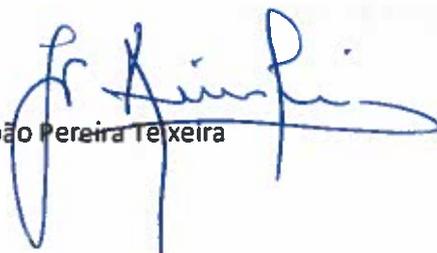
Data: 9 de maio de 2019

Na sequência das intervenções que realizei, no âmbito do convite para estar presente em três reuniões, e tendo presente a Lei nº 58/2018, de 21 de agosto, assim como o estímulo para a participação escrita, junto envio o presente documento, como contributo para o trabalho da Comissão Independente para a Descentralização.

O presente trabalho é realizado por capítulos:

1. Enquadramento Global
2. Enquadramento demográfico
3. Do Relatório de Desenvolvimento e Coesão
4. Governação dos Fundos Comunitários na Região de Lisboa e Vale do Tejo
5. Crise Económica, Financeira e Social
6. A Região de Lisboa e Vale do Tejo
7. Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo
8. Breves exemplos históricos de descentralização
9. Princípios de atuação
10. Conclusões
11. Bibliografia

Com a maior consideração, os melhores cumprimentos


João Pereira Teixeira

CONTRIBUTOS PARA O TRABALHO DA COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO GLOBAL

Nunca na história da humanidade, como agora, a evolução da população mundial assumiu um crescimento exponencial.

Nunca na história da humanidade, como agora, se verificaram alterações climáticas em consequência da ação do homem.

Nunca na história da humanidade, como agora, os ecossistemas e a biodiversidade estão gravemente ameaçados pela atividade humana.

Nunca na história da humanidade, como agora, a evolução tecnológica e científica foi tão crescente, objetiva e contribuinte do desenvolvimento.

Nunca na história da humanidade, como agora, se verificaram níveis de esperança de vida tão significativos.

Nunca na história da humanidade, como agora, a sociedade em rede, a velocidade da informação e a quantidade de informação, assumiram os impactos que se verificam.

Nunca na história da humanidade, como agora, a globalização foi tão generalizada, assim como o impacto do global no local.

Nunca na história da humanidade, como agora, as redes dinamizam as movimentações de capital, produtos e informação que assumem a intensidade e a velocidade atuais.

Nunca na história da humanidade, como agora, se verificou uma concentração tão grande de capital, tecnologia e de recursos humanos em empresas globais.

Nunca na história da humanidade, como agora, se verifica um tão grande número de megalópoles, cada vez mais e mais populosas e uma percentagem cada vez maior de população urbana.

Estas são as 10 grandes características globais. Portugal tem de aproveitar as oportunidades que daqui decorrem assim como assumir os contributos para as soluções.

Estamos vivendo uma catástrofe ecológica a prazo. A demografia, as alterações climáticas, a matriz do carbono, o ambiente, os ecossistemas, o estilo de vida e o crescimento urbano desafiam a sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Segundo as previsões das Nações Unidas, a população no planeta atingirá 9,77 mil milhões de habitantes, em 2050. Será necessário alimentar mais 2,22 mil milhões de habitantes, aos quais há que acrescentar os 795 milhões de subalimentados atualmente. A pressão urbana é cada vez maior:

- Em 1990 havia dez cidades com mais de dez milhões de habitantes. Em 2014 eram 28 e em 2030 serão 41;
- Em 1990 havia 21 cidades com população entre 5 e 10 milhões de habitantes. Em 2014 eram 43 e em 2030 serão 63;
- Em 1913, 10% da população mundial vivia em cidades. Em 2013 eram 50%. Em 2050 serão 75%;
- Em 2030, mais de 80% da população da Europa viverá em cidades;
- Em 2050 a população com 60 e mais anos atingirá os 21,5%;
- A proporção da classe média aumentará nos países em desenvolvimento o que aumentará os consumos per capita. As alterações climáticas terão impactos negativos na produção agrícola e na disponibilidade da água;
- As cidades produzem 80% dos gases com efeito de estufa. Em 2020 haverá o dobro dos automóveis em circulação que havia em 2012;
- Em 2030, o planeta necessitará de 50% de mais alimentação, 40% mais energia e 30% mais água.

Se, por hipótese, se continuassem as práticas hoje instituídas, aos ritmos atuais, em 2050 seriam necessários dois planetas. A pressão adicional sobre os recursos naturais, poluição e o efeito de estufa não seriam suportáveis pelo planeta.

Para garantir a sustentabilidade no futuro são necessárias alterações estruturais. As adaptações e alterações circunstanciáveis não são solução. São necessários novos paradigmas. Estamos numa situação de transição da Era Industrial para uma nova Era.

Fizemos a transição entre Agropolis e o Petropolis. Agora encaramos uma nova transição. Durante o Agropolis e o Petropolis o ritmo e a inovação permitiam tempos longos de

experimentação. Agora a inovação é testada em tempos reduzidos. Nestas circunstâncias a incerteza torna-se muito maior.

O “business as usual” apresenta sérios riscos, sacrificando gravemente a sociedade humana.

A nossa cultura está a mudar. O modelo de consumo mudará. Iremos procurar melhor, e não mais, procuraremos a utilização e não a propriedade. Iremos procurar o sustentável e o durável, e não o consumível. Iremos procurar um modelo económico mais inteligente, que incorpore o conhecimento científico, a tecnologia, a qualidade, a coesão, o ambiente, os valores culturais e os valores territoriais. Estas tendências serão universais.

Nesta transição, a previsão dá lugar à incerteza, o crescimento ao sustentável, o maximizar ao otimizar, o mais ao melhor, a abordagem setorial à holística, as soluções tipificadas às soluções apropriadas, do local ao global e do global ao local.

Os grandes condutores da mudança são:

- demografia global e local, baseada na evolução e composição da população e nas migrações;
- evolução tecnológica, baseada: na informação mais rápida e com maior capacidade; nas redes; na Big Data; na biologia, na bioquímica; na genética; na inteligência artificial; nos robots; e nos novos materiais;
- ameaça ecológica, baseada: nas relações entre os humanos e os sistemas ecológicos, principalmente, a atmosfera e o clima; a matriz energética; o consumo; os recursos naturais; e a biodiversidade;
- evolução social, baseada: nas alterações de estilos de vida; na estrutura e relações familiares; nas condições de trabalho; na mobilidade; na habitação; nos padrões da educação; na cultura; recreio e lazer;
- alterações económicas e sociais, baseada em novos equilíbrios; relação entre a economia global e as regionais; nas diferenças entre o capital, o trabalho, os mercados, o governo e novas formas de demografia.

É importante adotar estratégias que:

- promovam o desenvolvimento sustentável, considerando a competitividade e a coesão social e territorial;
- contribuam para uma relação sustentável e resiliente com a natureza;
- promovam o desenvolvimento sem afetar o ambiente e os recursos naturais;

– sejam flexíveis e possam ser alteradas de acordo com as necessidades.

A sociedade em rede é a nova forma de organização social na nova Era, que substitui a Era Industrial. Os próprios conceitos de interesse geral, de interesse comum, têm sido alterados.

As redes atuais e futuras apresentam as seguintes características:

- globais, envolvendo o planeta em toda a sua extensão;
- de fluxos muito rápidos, sempre aumentados por novos materiais supercondutores;
- com capacidade cada vez maior de transmissão de informação e dados;
- com capacidade cada vez maior de guardar informação, Big Data, e de transformar, automaticamente, em informação dedicada a objetivos específicos, os computadores quânticos de 50 ou 100 qubits,

Levam a que “As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura.”¹

A quarta revolução urbana decorre da aplicação de novas tecnologias: inteligência artificial, realidade virtual aumentada, big data, internet das coisas, conectividade, smartphones, bioengenharia, imagiologia, genética, robotização, e de novos materiais.

As tecnologias não são um fim em si mesmo. No entanto, ao longo da história, tem tido influência estrutural na sociedade. Somente alguns exemplos:

- o caminho de ferro tornou a cidade em metrópole;
- o automóvel criou um novo modelo de sociedade;
- o avião criou um novo modelo de cidade;
- os novos cargueiros alteraram as cidades portuárias;
- o smartphone globalizou os cidadãos.

A investigação de novos materiais revoluciona a vida. Por exemplo os novos estados da matéria (como o superfluido), perto do zero absoluto, Kelvin, permitem os novos computadores quânticos, que apresentam capacidade muito maior. Esta maior capacidade deu origem ao Qubit, a versão quântica do bit, a unidade clássica de informação.

¹ Castells, Manuel, A Sociedade em Rede, volume I, A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

Outro exemplo é o dos supercondutores que reduzindo a resistência poupam muita energia. Permitem igualmente o transporte ferroviário a 500 km/h, como o Maglev supercondutor, reduzindo a resistência. A fibra ótica que está instalada em algumas cidades apresenta uma velocidade de informação muito maior: 1000 Mbits/seg. As novas baterias de lítio vão revolucionar a tração automóvel.

Neste quadro global, onde a mudança é acelerada pela tecnologia, destacam-se empresas tecnológicas que se assumem como líderes mundiais em volume de negócios, controlo de informação, e conectividade (Google, Apple, Cisco, IBM, Microsoft, Tesla, etc).

Outras empresas, noutras atividades (energia, petroquímica, automóvel, telecomunicações, seguros e vestuário) assumem o mercado global.

A evolução da internacionalização para a globalização acentuou a diferenciação social e da economia. As redes, a abertura dos mercados e a abolição de barreiras, asseguram uma mobilidade crescente de pessoas, bens, capitais, informação e conhecimento.

A especialização profissional, a produção global, a mobilidade generalizada, a informação e as comunicações estão alterando profundamente a sociedade. A noção de família, as relações familiares e os ciclos de vida alteram-se muito rapidamente. As relações sociais modificam-se, os vínculos são mais, mas mais fracos e temporalmente limitados.

A mobilidade, a globalização, a flexibilidade e a autonomia permitirão mais opções ao trabalhador do futuro. Os especialistas referem que as palavras de ordem das futuras relações de trabalho são a flexibilidade e a autonomia.

Em várias profissões encara-se o trabalho em casa, o escritório-caravana e o trabalho no escritório a tempo reduzido. Em muitas profissões a telepresença substitui a presença física. Com a evolução tecnológica, como a comunicação holográfica em 3D, a presença física será menos necessária. No entanto algumas profissões obrigam à presença física. É o caso das orquestras e dos teatros. Com a aplicação da inteligência artificial, da big data, da realidade aumentada 3D, dos robots, da minituarização e de outras tecnologias serão muitas as alterações sociais e territoriais. Com grandes impactos no ordenamento do território, no urbanismo e no ambiente. E conseqüentemente na organização institucional.

A diferenciação da economia tem-se acelerado com a inteligência artificial, com as novas tecnologias do conhecimento, de informação e de comunicação. A economia tornou-se mais individualizada, no consumo e na produção. O consumo é mais específico e variado. A produção é mais especializada. As grandes empresas promovem a externalização e a subcontratação. As comunicações e os transportes reduzem o preço, com novas tecnologias.

Os números de transações aumentam e conseqüentemente os tráfegos rodoviários, ferroviários, aéreos e portuários.

Uma sociedade mais racional, com bases mais científicas, mais bem informada, mais individualista, mais diferenciada e capacitada. Mas também de maior risco e incerteza. O maior risco decorre simultaneamente dos grandes avanços científicos e tecnológicos e na sua aplicação rápida, não havendo tempo para medir os impactos reais. O avanço da ciência permite um maior conhecimento e simultaneamente uma maior sensibilidade ao risco. As tecnologias de comunicação difundem rapidamente o conhecimento dos riscos.

Ao nível local: as novas tecnologias de informação e comunicação tornam os territórios diferentes em termos absolutos, mas também em termos relativos; as distâncias espacial e temporal alteram-se e diferenciam os territórios; perante meios de comunicação e transporte mais rápidos e potentes a noção de “local” altera-se e conseqüentemente a coesão social; os e-formação, e-banca, e-seguros, etc, alteram os critérios de localização; o e-commerce dá origem a um menor número de lojas, à redução das suas dimensões, e a alterações na logística; o trabalho à distância e a flexibilidade de horários, alteram a estrutura de transportes e lazer urbano; os equipamentos sociais assumem novos objetivos e formas de gestão.

Nas próximas décadas ainda será possível aumentar a esperança média de vida, designadamente devido a:

- desenvolvimento das nanotecnologias;
- sucesso da luta contra os acidentes rodoviários;
- sucesso da luta contra o cancro, a diabetes, as doenças neurodegenerativas crónicas e as demências;
- alteração das dietas;
- progresso da microcirurgia.

A estatística apresenta 14 milhões de novos casos de cancro em 2012. A Organização Mundial de Saúde prevê um aumento de 70% de casos, no prazo de 20 anos.

Apesar dos enormes avanços farmacológicos, que têm permitido resultados extraordinários, a taxa de mortalidade ainda é grande. A medicina de precisão tem permitido grandes resultados na informação, na deteção, no diagnóstico mais detalhado e nas intervenções cirúrgicas. Os algoritmos e os programas de inteligência artificial podem identificar as mutações das células tumorais e prever as respostas aos tratamentos, ajudando os médicos nas terapias a adotar em cada paciente.

A imunoterapia, mobilizando o sistema imunitário contra os tumores, em cada paciente, será a forma de, numa primeira fase, transformar as doenças mais graves em doenças crônicas. Na imunoterapia utilizam-se medicamentos que têm como objetivo dinamizar o sistema imunitário, de cada paciente, para que este reconheça as células tumorais e destrua o tumor.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas em 2015 consagram os grandes princípios da agenda até 2030:²

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

² <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

A situação demográfica é o maior problema que temos de resolver.

A situação demográfica em Portugal e na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) até 2050, conhecerá transformações profundas, segundo o Instituto Nacional de Estatística. É um dos países da Europa com mais alterações demográficas. A situação demográfica é fortemente influenciada por quatro fatores:

- O primeiro é o decréscimo populacional em qualquer um dos cenários. Somente no cenário alto não haverá decréscimo populacional na Área Metropolitana de Lisboa, no Algarve e na Região Autónoma dos Açores;
- O segundo é o aumento da esperança de vida, decorrente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da qualificação dos serviços de saúde e dos progressos sanitários;
- O terceiro é o envelhecimento progressivo da população que fará com que a percentagem da população com 65 e mais anos cresça durante as próximas décadas, até porque,
- O quarto é a baixa taxa de fertilidade, que não é sequer suficiente para repor as gerações.

Apresenta-se uma análise sucinta dos principais indicadores demográficos, com base na informação do INE. Da análise da variação da população residente, entre 2008 e 2016, em Portugal, na RLVT, nas três CIM e na AML, verifica-se que:

- em Portugal é negativa a partir de 2009, assumindo valores entre -0,01% (em 2009-2010) e -0,57% (em 2012-2013);
- na RLVT é negativa a partir de 2010, assumindo valores entre -0,12% (em 2015-2016) e -0,55% (em 2012-2013);

- na AML só é negativa entre 2011 e 2013, assumindo os valores de -0,13% e -0,39%, respetivamente;
- no Oeste é negativa a partir de 2010, assumindo valores entre -0,16% (em 2015-2016) e -0,46% (em 2013-2014);
- na Lezíria do Tejo é negativa a partir de 2010, assumindo valores entre -0,08% (em 2010-2011) e -1,06% (em 2013-2014);
- no Médio Tejo é negativa a partir de 2008, assumindo valores entre -0,36% (em 2008-2009) e -0,94% (em 2012-2013).

Em 2017, em Portugal, verificou-se decréscimo populacional de -1,8 por 1000 pessoas. Estes valores negativos são superados por outros países: Lituânia; (-13,8); Croácia (-11,8); Bulgária (-7,3); Roménia (-6,2); Sérvia (-5,5); Ucrânia (-4,7); Arménia (-4,5); Albânia (-2,2); Hungria (-2,0); Grécia (-2,7).

O Instituto Nacional de Estatística tem apresentado estimativas e projeções da população residente, em quatro cenários: baixo, central, alto e sem migrações, podendo apresentar-se algumas conclusões:

- no cenário central verifica-se uma acentuada redução da população na região Norte, apresentando menor população do que a AML a partir do meio da década de 2050;
- a tendência de decréscimo da população jovem está presente em todos os cenários, á exceção da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, no cenário alto;
- o índice de envelhecimento demográfico é crescente em qualquer dos cenários, a menos do cenário alto, que é decrescente a partir da década de 2050;
- o índice de envelhecimento demográfico, em NUTs II é sempre crescente até à década de 2050, no cenário central, assumindo valores menores no Algarve e na AML e maior na região Norte, após 2030.

Na análise da evolução da taxa bruta de natalidade em 1981, 1995, 2001 e entre 2001 e 2007, em Portugal, nas CIM da RLVT e na AML verifica-se que é quase sempre decrescente:

- assumindo valores maiores em 1981 (entre 13,5% e 15,5%) respetivamente na Lezíria e em Portugal;
- assumindo valores inferiores a 10,0% a partir de 2009, á exceção da AML, que só apresenta valores inferiores a 10,0% em 2013 e 2014. A AML apresenta valores superiores de taxa bruta de natalidade entre 2001 e 2017;

– assumindo os valores mais baixos em 1995, 2001 e entre 2009 e 2017, no Médio Tejo, variando entre 6,2% (2017) e 9,1% (2001).

A taxa de fertilidade, número de filhos por mulher, em 2016, em Portugal é de 1,36. A média da UE28 é de 1,60. Valores inferiores a Portugal, só apresentam a Itália e a Espanha, ambos com 1,34. Por NUTs II os valores são: AML (1,63); Algarve (1,57); Alentejo (1,37); Norte (1,24) e Centro (1,22). A evolução da taxa de fertilidade em Portugal é de 3,20 (em 1960) decrescendo continuamente até 1,21 (em 2013). O saldo natural apresenta em Portugal valores quase sempre decrescentes, variando entre 118,9 (em 1960) e -23,6 (em 2017). A taxa de mortalidade infantil apresenta, em Portugal, um decréscimo sucessivo entre 77,5 (em 1960) e 2,7 (em 2017).

Em Portugal a esperança de vida à nascença aumentou constantemente entre 67,1 (em 1970) e 80,99 (em 2011). Da análise da esperança de vida á nascença, entre 2008 e 2017, no Continente, na RLVT, nas três CIM e na AML verifica-se que:

- é sempre crescente, assumindo valores superiores a 80, quase sempre, após 2014;
- os valores superiores são sempre no Continente e na AML (80,99 e 80,85 respetivamente em 2015-2017);
- os valores inferiores são na Lezíria do Tejo e no Oeste (78,62 em 2008-2010 e 78,92 em 2009-2011, respetivamente);
- existem pequenas variações territoriais, em cada período de referência, sempre inferiores a 1,0;
- os valores são sempre superiores nas mulheres, aproximadamente entre 5,7 anos (em 2016) e 7,0 anos (em 2000).

Da análise da evolução da percentagem de população residente com 65 e mais anos, em Portugal, nas CIM da RLVT e na AML, em 2001 e entre 2009 e 2017, verifica-se que:

- esta percentagem é sempre crescente;
- esta percentagem é sempre maior no Médio Tejo, assumindo valores entre 22,2% (2001) e 25,4% (2017);
- esta percentagem é menor na AML entre 2001 e 2012 (variando entre 15,5% e 19,2%) e em Portugal entre 2012 e 2017 (variando entre 19,2 e 21,3%) e em Portugal entre 2012 e 2017 (variando entre 19,2 e 21,3%), com valores ligeiramente inferiores aos da AML.

A percentagem da população com 65 e mais anos, em Portugal, apresenta em 2017 um resultado elevado, só superado pela Alemanha (21,2%), pela Grécia (21,5%) e pela Itália (22,3%). A média da UE28 é de 19,4%.

O índice de envelhecimento em Portugal varia entre 27,5 (em 1961) e 153,2 (em 2017) em crescente contínuo. Da análise da evolução do índice de envelhecimento em 2001 e entre 2009 e 2017 em Portugal, em cada uma das CIM da RLVT e na AML conclui-se que:

- é sempre crescente;
- o valor inferior, em cada ano, tem lugar sempre na AML, apresentando valores entre 102,2 (2001) e 134,8 (2017);
- o valor superior, em cada ano, tem lugar sempre no Médio Tejo, variando entre 152,6 (2001) e 213,1 (2017).

Em 2017, o Índice de Dependência, idosos, em Portugal, é de 32,9, somente superado pela Itália (34,8) e pela Grécia (33,6). A média EU28 é de 29,9. Em Portugal, em 1961, era 12,7. O Índice de Dependência previsto nos países da UE28, pela EUROSTAT, assume em Portugal os valores mais elevados:

- de entre todos os países após 2050: Em 2050: Portugal (65,3) e EU28 (50,3); Em 2080: Portugal (69,0) e EU28 (52,3);
- em 2030: Portugal (43,6); só inferior à Lituânia (45,8); Grécia (44,4) e Itália (44,3). EU28 (39,1);
- em 2020: Portugal (34,6) só inferior à Itália (36,1) e Finlândia (35,9). EU28 (31,7).

O número de famílias em Portugal tem aumentado desde 1970, 2,345 milhões e 2011, 4,043 milhões. A dimensão média das famílias tem decrescido continuamente entre 3,7 (em 1960) e 2,5 (em 2017). Na Europa, em 2017, os valores externos são 2,8 (na Croácia) e 1,9 (na Suécia).

A percentagem de famílias, em Portugal, com uma só pessoa tem aumentado entre 10,0% (em 1970) e 21,4% (em 2011); e com duas pessoas têm aumentado entre 19,5% (em 1960) e 31,6% (em 2011).

Na Europa a percentagem de agregados domésticos unipessoais de indivíduos com 65 e mais anos, em percentagem total dos agregados domésticos, varia em 2017, entre 7,9% (na Suécia) e 16,7% (na Itália). Em Portugal é 12,0%. Em 2005 era 10,0%.

No plano económico, as atividades industriais, comerciais e de serviços serão profundamente alteradas pelas perspetivas demográficas. Há que intervir nos equipamentos públicos e privados, na habitação, no espaço público, no comércio, etc.

3. DO RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C) publicou em dezembro de 2018 o primeiro relatório de Desenvolvimento e Coesão, no âmbito da sua missão de coordenação da política de desenvolvimento regional (RODRIGUES, et al 2018). Neste capítulo reproduzem-se algumas conclusões, comentários e gráficos constantes nesse relatório.

Do sumário executivo:

Desde 2000, muito exposto a significativos choques externos (introdução da moeda única, adesão de países com economias emergentes à Organização Mundial do Comércio) e a variações de conjuntura económica, Portugal viu agravada a sua capacidade de reagir a crises devido à existência de relevantes constrangimentos estruturais, nomeadamente: o perfil de especialização da economia, níveis de produtividade e de qualificação dos trabalhadores, capacitação nas instituições, níveis de endividamento privado e público, sistema financeiro, capacidade de investimento e desequilíbrios externos e internos, áreas onde a Política de Coesão tem dado contributos relevantes para a respetiva superação.

No entanto, e apesar de referenciais de partida distintos, em termos comparativos, a evolução do PIBpc verificada em Portugal não é substancialmente diferente da que sucedeu com os Estados-Membros (EM) que aderiram à UE antes de 2004, uma vez que a maioria (com exceção da Alemanha, Irlanda e Luxemburgo) registaram, entre 2000 e 2016, taxas médias de crescimento do PIBpc inferiores às da UE28. Por sua vez, os Estados-Membros que aderiram à UE após 2004 registaram uma dinâmica inversa, crescendo acima da média e fazendo um percurso de convergência de então para cá, similar ao que Portugal conseguiu na primeira década após a adesão à então CEE.

A este processo não será estranho o papel desempenhado pelos fundos europeus no suporte a investimentos de carácter estrutural, que induzem, numa primeira fase, processos mais acelerados de convergência ao nível do PIBpc. No entanto, ao longo do tempo, esse impacto

parece perder efeito, reduzindo progressivamente a intensidade da convergência, conduzindo estes países e regiões para uma situação de armadilha de rendimento médio.

[...]

As regiões Portuguesas (NUTS II) registaram entre 2000 e 2016 um processo de coesão interna, que teve como resultado uma aproximação dos níveis de criação de riqueza regionais, embora ancorado na significativa diminuição do PIBpc da Área Metropolitana de Lisboa (o denominado processo de convergência negativa).

De realçar que Portugal é um dos Estados-Membros que tem a menor disparidade entre os PIBpc regionais, ou seja, dos menores níveis de assimetrias regionais internas neste indicador, um dos poucos (cinco) em que estas assimetrias se reduziram entre 2000 e 2016. As diferenças de PIBpc em Portugal e nas suas regiões face à média da UE28 são maioritariamente explicadas pelo efeito da estrutura setorial, ou seja, pelos seus perfis de especialização produtiva. Tendo as regiões portuguesas, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, por norma uma especialização produtiva em ramos que, no quadro europeu, apresentam endogenamente menor produtividade.

[...]

Neste sentido, importa assegurar que os desempenhos induzidos pelas regiões mais dinâmicas, como é o caso das áreas metropolitanas, garantam mecanismos para manter a mobilização dos recursos para o reforço da competitividade externa e a capacidade de alavancar o arrastamento qualitativo e quantitativo dos recursos humanos, dos processos de inovação e dos sistemas socioeconómicos e do potencial de crescimento do país, em paralelo com a exploração do potencial de crescimento das restantes regiões, muito suportado nos seus ativos específicos e em processos de inovação que os rentabilizem no contexto cada vez mais global.

[...]

Para assegurar estes níveis de desempenho e a melhoria dos fatores de coesão e qualidade de vida das populações, importa, no contexto de planeamento de políticas públicas, ter em conta as assimetrias territoriais e demográficas e encontrar novas formas de resposta para os novos desafios.

Neste contexto, merecem atenção, os Serviços Sociais de Interesse Geral (SSIG) enquanto fator de equidade e coesão territorial, devendo ser definidas formas de provisão capazes de satisfazer as necessidades fundamentais dos cidadãos, no seu acesso (com qualidade e a preços acessíveis, independentemente das condições socioeconómicas, geográficas e populacionais das regiões). A necessidade de consolidação e sustentabilidade orçamental e a importância que assumem na produção de outros bens e serviços fazem com que a sua eficácia e qualidade constituam fatores essenciais para a competitividade e para a coesão, especialmente nas regiões mais desfavorecidas.

[...]

Não obstante os progressos verificados ao longo das últimas décadas ao nível da universalização da provisão dos SSIG em Portugal e na União Europeia, com contributo relevante da Política de Coesão da UE e a emergência de realidades socioeconómicas cada vez mais heterogéneas, os desafios demográficos e o ajustamento entre as expectativas de populações cada vez mais exigentes e a disponibilidade da sociedade para suportar financeiramente a provisão, coloca grande pressão na definição de novas formas, mais eficientes e mais ajustadas a necessidades específicas de grupos sociais e territórios.

[...]

Neste contexto, existe hoje uma tendência generalizada de descentralização na maioria dos países europeus, sobretudo através do reforço da autonomia local (municípios) e regional.

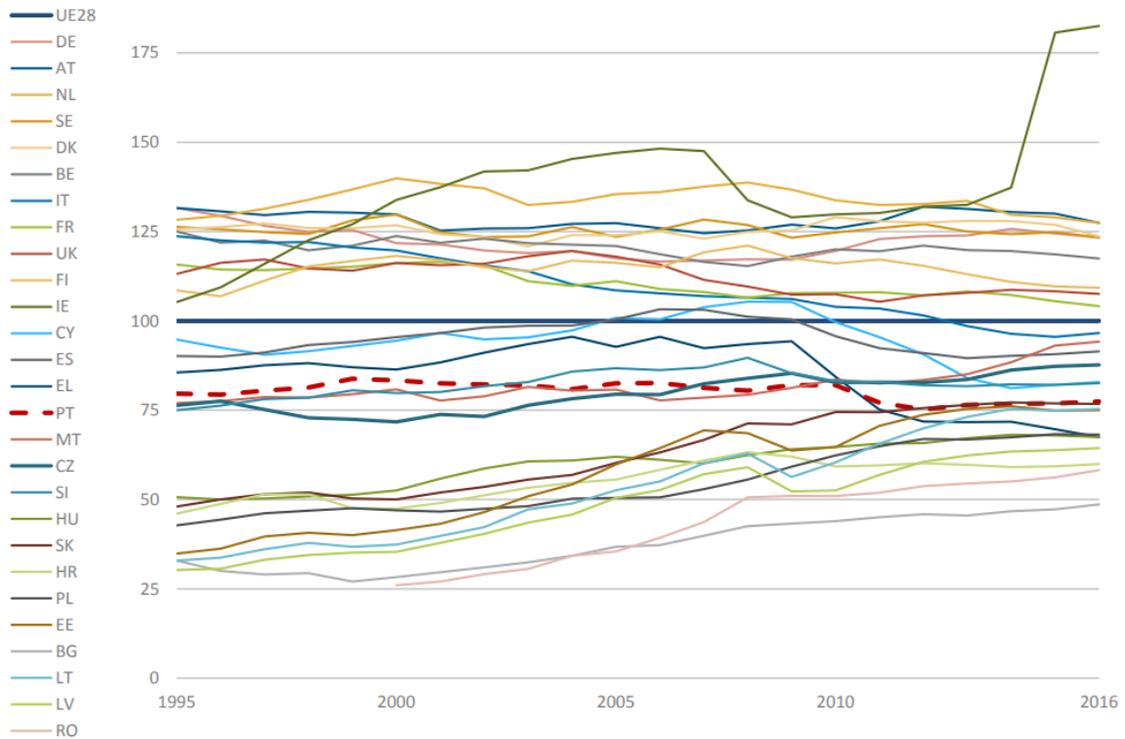
Portugal não constitui exceção a esta tendência internacional, tendo vindo a adotar, sobretudo na última década, mecanismos legais e estratégicos que procuram reforçar o papel dos governos infranacionais (municípios), das suas estruturas administrativas e das entidades intermunicipais na implementação de políticas e serviços públicos. Recentemente, este percurso descentralizado conheceu um novo impulso com a aprovação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

[...]

Do capítulo 1:

[...]

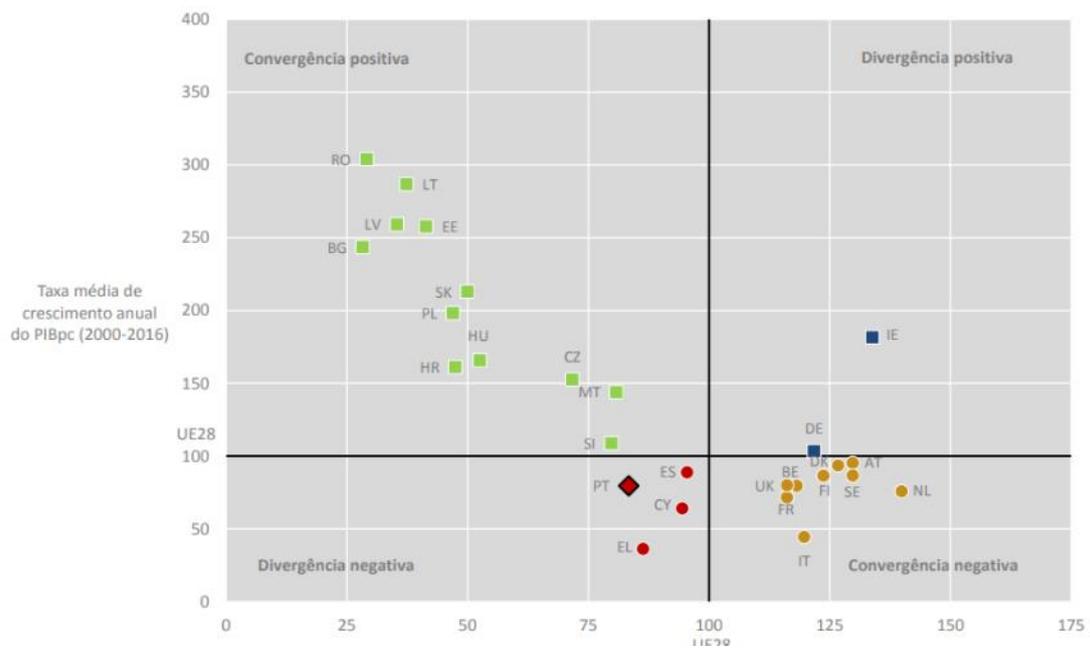
Figura 1.1: Evolução do PIBpc (PPC) dos Estados-Membros, em % da média da UE28, 2000-2016



FONTE: Eurostat

[...]

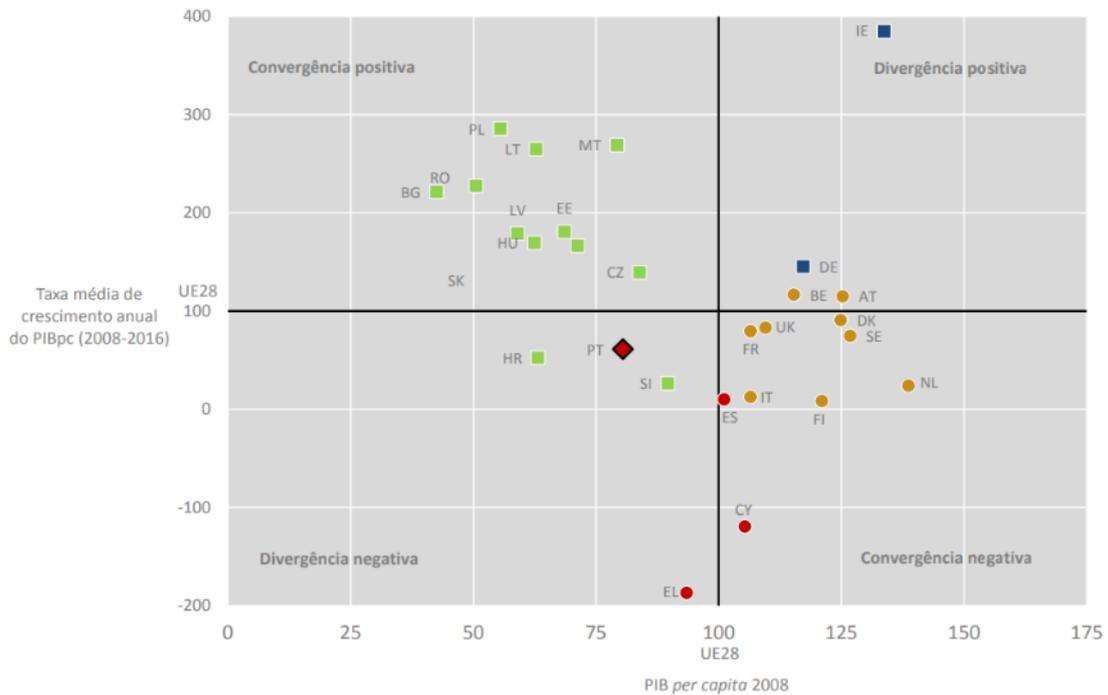
Figura 1.3: Processo de convergência do PIBpc (PPC) dos Estados-Membros, 2000-2016



FONTE: Eurostat; cálculos AD&C. NOTA: Nos gráficos e análises seguintes as cores relativas aos EM e às suas regiões mantêm a cor deste gráfico, permitindo assim identificar diferentes trajetórias de países ou regiões que pertencem aos mesmos 'clubes'.

[...]

Figura 1.5: Processo de convergência do PIBpc (PPC), dos Estados-Membros, 2008-2016



FONTE: Eurostat; cálculos AD&C. NOTA: A diferença de escala entre as duas figuras deve-se ao facto dos valores representados serem substancialmente diferentes nos períodos em análise.

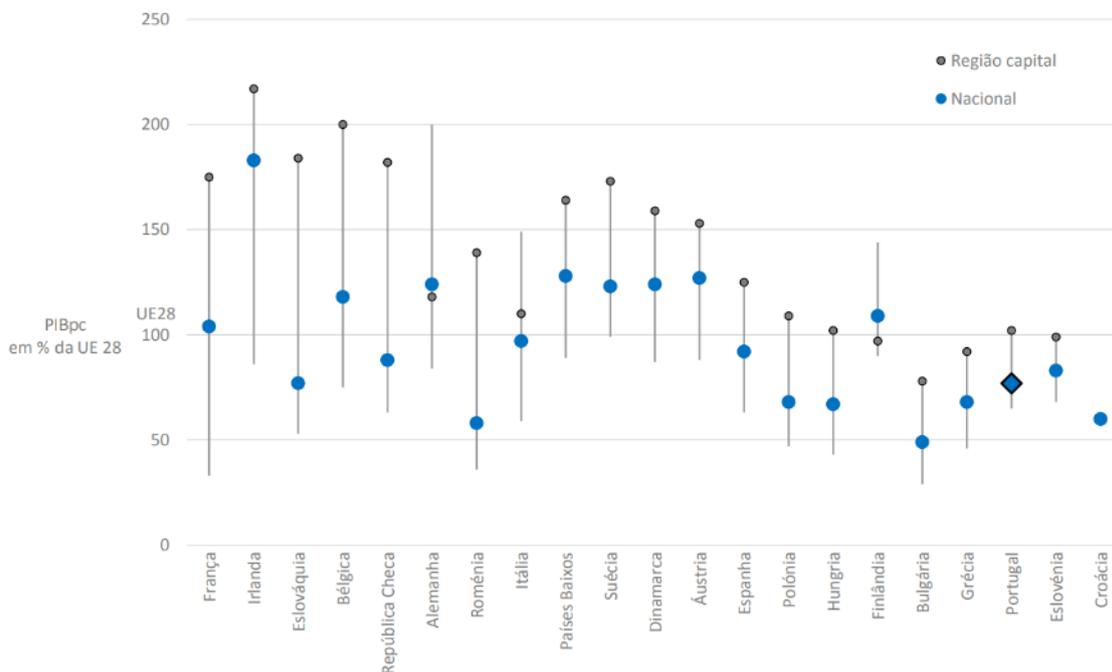
[...]

A Figura 1.9 demonstra que a amplitude de valores dos PIBpc regionais nos diversos Estados-Membros é bastante elevada. É interessante verificar que na maioria dos países, as regiões capital (NUTS II onde se localizam as capitais dos EM) são aquelas que apresentam o valor máximo de PIBpc regional nos respetivos países. Dos 21 EM representados (os que têm mais que uma NUTS II), apenas em três não se verifica esta situação (Alemanha, Itália e Finlândia).

Entre os oito EM que em 2016 apresentavam maior dispersão regional do PIB (diferença entre o valor regional máximo registado e o mínimo), encontram-se os dois EM com processos de divergência positiva entre 2000 e 2016 (Irlanda e Alemanha), três EM em processo de convergência negativa (França, Bélgica e Itália) e três EM em convergência positiva (Eslováquia, República Checa e Roménia). **De salientar ainda que em Portugal a amplitude entre os PIBpc regionais é a terceira menor no conjunto dos EM representados.** (sublinhado nosso)

[...]

Figura 1.9: PIBpc (PPC) nacional e dispersão do PIBpc (PPC) regional (NUTS II) em % da média da UE28, 2016



FONTE: Eurostat

[...]

Neste contexto, justifica-se medir a desigualdade na criação de riqueza utilizando um instrumento que torne possível avaliar o nível de disparidades de uma variável entre regiões ou territórios. Neste sentido, optou-se por analisar o Índice de Theil uma vez que tem sido um indicador frequentemente utilizado na literatura para analisar distribuições espaciais de uma dada variável devido à sua capacidade de ponderação e de decomposição. O Índice de Theil é uma medida de assimetria face a uma distribuição perfeita da variável em análise, em que o valor zero indica uma distribuição igualitária, e em que quanto maior for o valor do índice maior serão as desigualdades. A sua natureza aditiva permite a decomposição deste indicador em duas componentes: i) a que expressa o nível de desigualdade entre Estados-Membros e; ii) a componente que revela a desigualdade entre regiões em cada um dos Estados-Membros (Tvrđon, 2012; Villaverde e Maza, 2009).

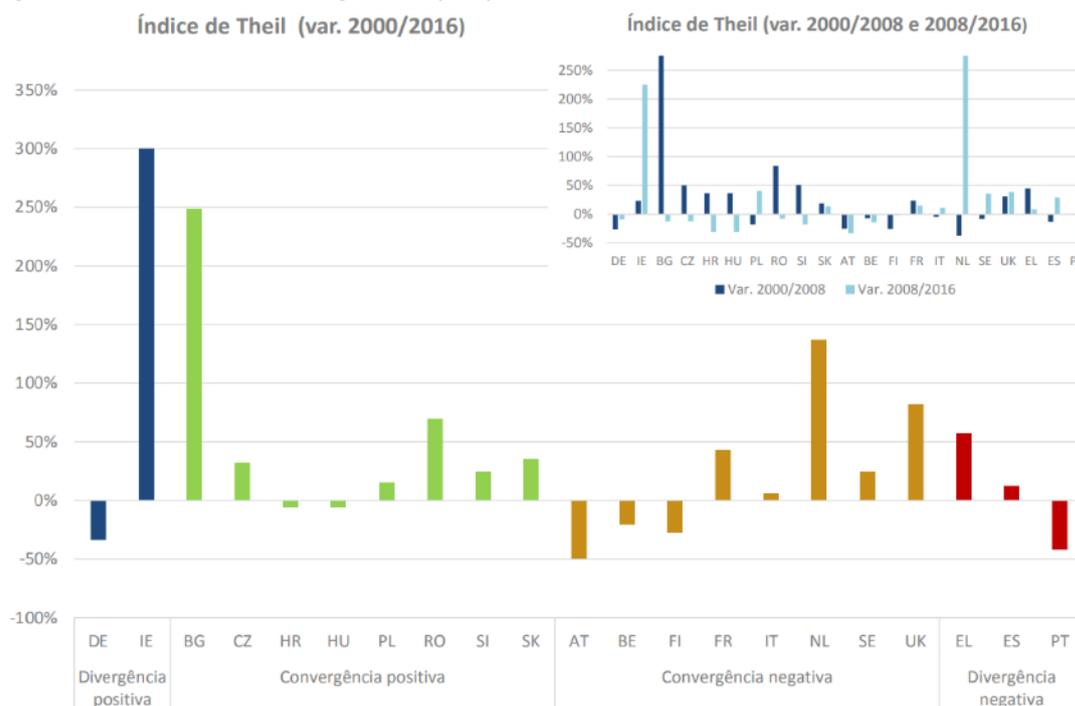
[...]

Entre os anos de 2000 e de 2016, Portugal registou a segunda maior redução de disparidades intra Estado Membro da UE sendo apenas acompanhado pela Áustria, o país que maior redução registou, e pela Alemanha, Finlândia, Bélgica, Croácia e Hungria (Figura 1.12). As

reduções das assimetrias entre as regiões portuguesas aconteceram essencialmente entre 2008 e 2016, período de maior divergência face à média da UE, uma vez que no período anterior tinha sido registado um aumento, embora marginal.

[...]

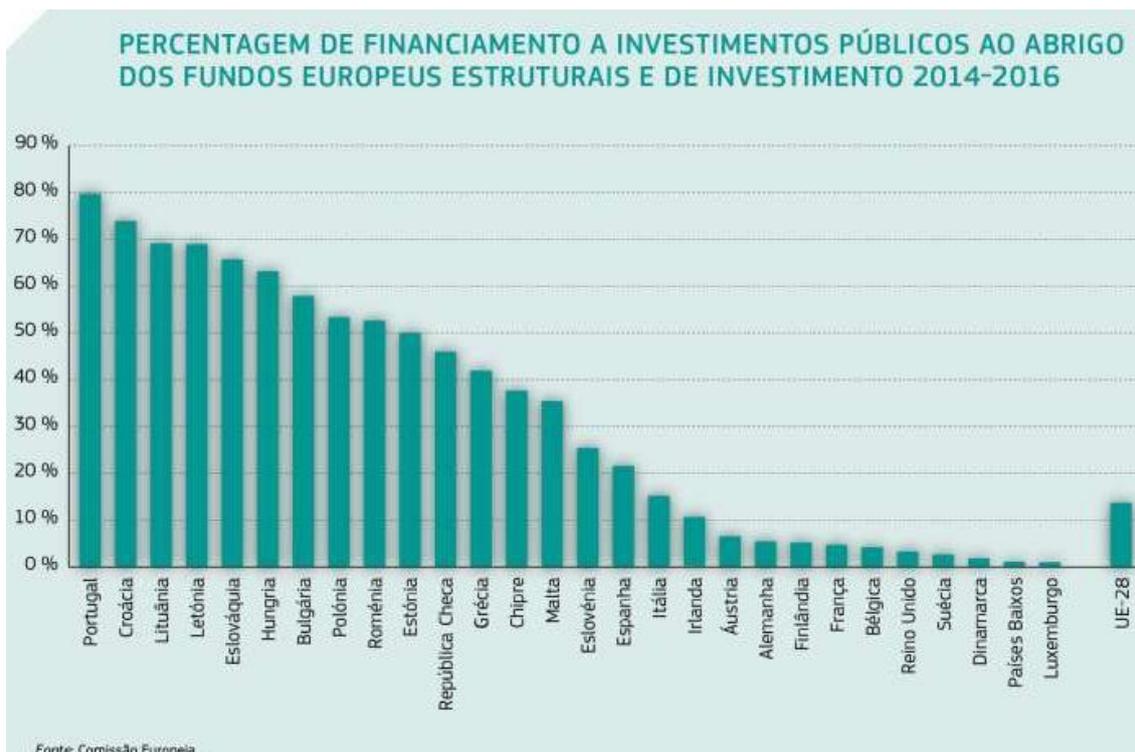
Figura 1.12: Índice de Theil - global e por períodos



FONTE: Eurostat; cálculos AD&C.

4. GOVERNAÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Para a descentralização é importante considerar o investimento. Em Portugal, nos últimos anos, o investimento público teve um forte componente de apoio do quadro de financiamento comunitário. Comparativamente, Portugal é dos países da Europa que mais depende da EU. O Investimento público entre 2015 e 2017, dependia acima dos 75% dos fundos europeus.



Publicação “UE em 2015 – relatório global”

Em 1986, com a adesão à Comunidade Económica Europeia, Portugal passou a beneficiar de apoio da política regional europeia com o objetivo de aproximar os seus padrões de desenvolvimento à média registada no conjunto do contexto europeu, tendo sido instituído no país, a partir de 1989 a nomenclatura das unidades territoriais (NUTS) para fins estatísticos. As áreas de atuação das CCDR, enquanto regiões de planeamento, foram adotadas para configurar o nível das NUTS. A Região Lisboa e Vale do Tejo constitui-se assim como uma das sete NUT II do país.

Considerando o atual período programático, Portugal 2020, são seis os ciclos de programação da Política Regional Europeia, cujos envelopes financeiros de apoio europeu assentaram na seguinte estruturação temporal:

Período Programático
1986 a 1988 (anteriores Reg. Fundos)
1989 a 1993 (QCA I)
1994 a 1999 (QCA II)
2000 a 2006 (QCA III)
2007 a 2013 (QREN)
2014 a 2020 (Portugal 2020)

Nos primeiros três anos de adesão (1986-1988) estiveram disponíveis três Fundos Estruturais (FEDER, FSE e FEOGA) que funcionavam de forma isolada, sem articulação entre si. Os apoios eram concedidos a projetos individuais apresentados aos fundos estruturais e à linha orçamental específica do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP; linha obtida no Conselho Europeu de Bruxelas de 1988). Neste período, foram sobretudo apoiadas estradas e infraestruturas de captação e distribuição de água e saneamento básico, equipamentos educativos e de apoio à atividade económica.

Em 1989 entrou em vigor a política de coesão europeia, embora as suas bases tenham assento no Ato Único Europeu assinado em 1986. Foram reforçados os meios financeiros ao dispor dos Estados-membros, tendo sido estabelecida uma intervenção integrada dos fundos europeus e consagrados os grandes princípios que até hoje orientam o funcionamento dos fundos: concentração, programação, parceria e adicionalidade.

A operacionalização da política de coesão passou a realizar-se num modelo de programação plurianual que permitiu até hoje a aprovação e implementação sucessiva de quadros de apoio estrutural comunitário (QCA).

Nos primeiros anos de adesão (1986-1988) e nos três períodos programáticos que lhes seguiram, o planeamento estratégico do desenvolvimento económico, social e territorial, a programação e a gestão dos fundos comunitários teve como recorte territorial toda a área de atuação da CCDR LVT, abrangendo as suas cinco sub-regiões: Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo. A CCDR LVT exerceu neste período, com o apoio das suas unidades orgânicas, todas as funções relativas à governação dos fundos comunitários, cometidas a nível regional.

Em 2002, verificou-se uma significativa alteração das NUTS II portuguesas, centrada na Região de Lisboa e Vale do Tejo e com implicações nas Regiões Centro e Alentejo.

Face às restrições que se colocavam quanto à intensidade dos níveis de apoio comunitário e à elegibilidade territorial da aplicação dos fundos³ inerentes à ascensão da Região de Lisboa e Vale do Tejo ao grupo das regiões da competitividade, foi operacionalizada uma alteração do âmbito territorial das NUTS II, tendo os territórios das sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo passado a integrar a NUTS II Centro e o território da Lezíria do Tejo a integrar a NUTS II Alentejo. Esta alteração possibilitou que estes territórios continuassem a integrar o grupo das regiões de convergência.

³ Classificação das regiões em categorias, determinada com base na relação entre o PIB *per capita* de cada região, medido em padrão de poder de compra (PPS), e a média do PIB da UE no mesmo período de referência.

Desta forma e apenas com efeitos na programação dos fundos comunitários, de modo a assegurar que os territórios das sub-regiões do Oeste, Lezíria e Médio Tejo beneficiariam das condições de elegibilidade e intensidade de fundos comunitários adequados ao seu nível de desenvolvimento real, operou-se uma revisão das NUTS II com efeitos na preparação e operacionalização do período programático 2007-2013 (QREN) e com continuidade no atual Portugal 2020.

Todas as atribuições e competências da CCDR LVT foram mantidas para todo o seu território de abrangência, no entanto a responsabilidade pela elaboração dos referenciais estratégicos de base à programação dos fundos comunitários e a preparação, gestão e acompanhamento dos dois Programas Operacionais Regionais que abrangem as sub-regiões do Oeste, Médio Tejo e da Lezíria do Tejo passaram a ser assumidas pelas CCDR Centro e Alentejo, apesar destes órgãos regionais não deterem competências ao nível do planeamento estratégico e da gestão desses territórios e dos respetivos municípios não fazerem parte das suas áreas de atuação.

Passa assim a existir uma desarticulação entre a área de atuação da CCDR LVT no que respeita às suas competências ao nível do desenvolvimento regional, ordenamento do território, ambiente e apoio técnico às autarquias locais e as competências em matéria de governação de fundos comunitários a nível regional, que se restringem a partir de 2007 ao território da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que passou a constituir uma NUT II, cujo PIB per capita a coloca na categoria das regiões europeias mais desenvolvidas, o que determina uma menor afetação de recursos financeiros comunitários destinados ao objetivo de investimento no emprego e no crescimento a uma menor intensidade dos níveis de financiamento comunitários.

Esta região NUT II AML integra no entanto dois territórios, o da AML Norte e o da Península de Setúbal, com identidades e características distintas e com dinâmicas e dimensões económicas e sociais muito diferenciadas e discrepantes, que a implementação dos instrumentos operacionais de política da coesão dos dois últimos períodos programáticos não tem permitido aproximar.

Entre 2000 e 2016, um estudo realizado pela Plataforma para o Desenvolvimento da Península de Setúbal⁴ calcula a evolução do PIB per capita da Península de Setúbal a partir dos dados disponíveis (NUTS 2002) até 2012 e da tendência registada na AML entre 2013 e 2016 (NUTS 2013, com um grau de erro estimado de 0,2%), concluindo que o PIB per capita da Península

⁴ "NUTS Península de Setúbal: caminho para o desenvolvimento", 30/04/2018

de Setúbal passou de 68% para 55%. Um decréscimo muito significativo que, na categoria das regiões menos desenvolvidas, a coloca numa situação de divergência negativa.

Importa pois assegurar que a Península de Setúbal possa ter condições reais de desenvolvimento semelhantes às outras regiões de convergência, o que no território da Região de Lisboa e Vale do Tejo, passaria por agrupar esta sub-região com as sub-regiões do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, constituindo uma única NUT II para estes territórios, permitindo eliminar as discordâncias territoriais hoje existentes no atual quadro regulamentar da política de coesão europeia, reduzindo assimetrias entre as regiões que integram a região de Lisboa e Vale do Tejo e permitindo, com uma maior intensidade e disponibilização de fundos comunitários, criar condições adequadas a esses territórios, de melhoria dos fatores de coesão e da qualidade de vida das suas populações. Simultaneamente reconstituir-se-ia a integridade da atuação da CCDR LVT na sua área territorial de atuação, em todos os seus domínios de competências, incluindo a definição de referenciais estratégicos, preparação e governação dos FEEL ao nível regional.

5. CRISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E SOCIAL

A crise económica, financeira e social teve início em 2007. Muito embora se verifiquem diferenças entre países, podem-se considerar quatro fases:

- 1º. Teve início nos EUA com a crise do imobiliário, que acentuou a crise das instituições financeiras;
- 2º. Em 2008 a crise expande-se para a Europa. Até 2010 os governos dos países da Europa reformam as políticas para superar a crise: apoio à banca; reativação da economia; promoção de investimento; restrições drásticas à dívida externa; promoção das exportações; cortes na despesa pública (nomeadamente em salários, equipamentos sociais e transportes) e na privada;
- 3º. Em 2012 muitos países da Europa voltam a ter um P.I.B. positivo, mas continuam a manter as políticas de austeridade para estabilizar a despesa pública, assim como a estabilização das dívidas dos bancos.

- 4º. A partir de 2013 a crise pode considerar-se resolvida, nalguns países, mas as suas consequências continuam durante muitos anos, nomeadamente as políticas de austeridade e de estabilização da despesa pública.

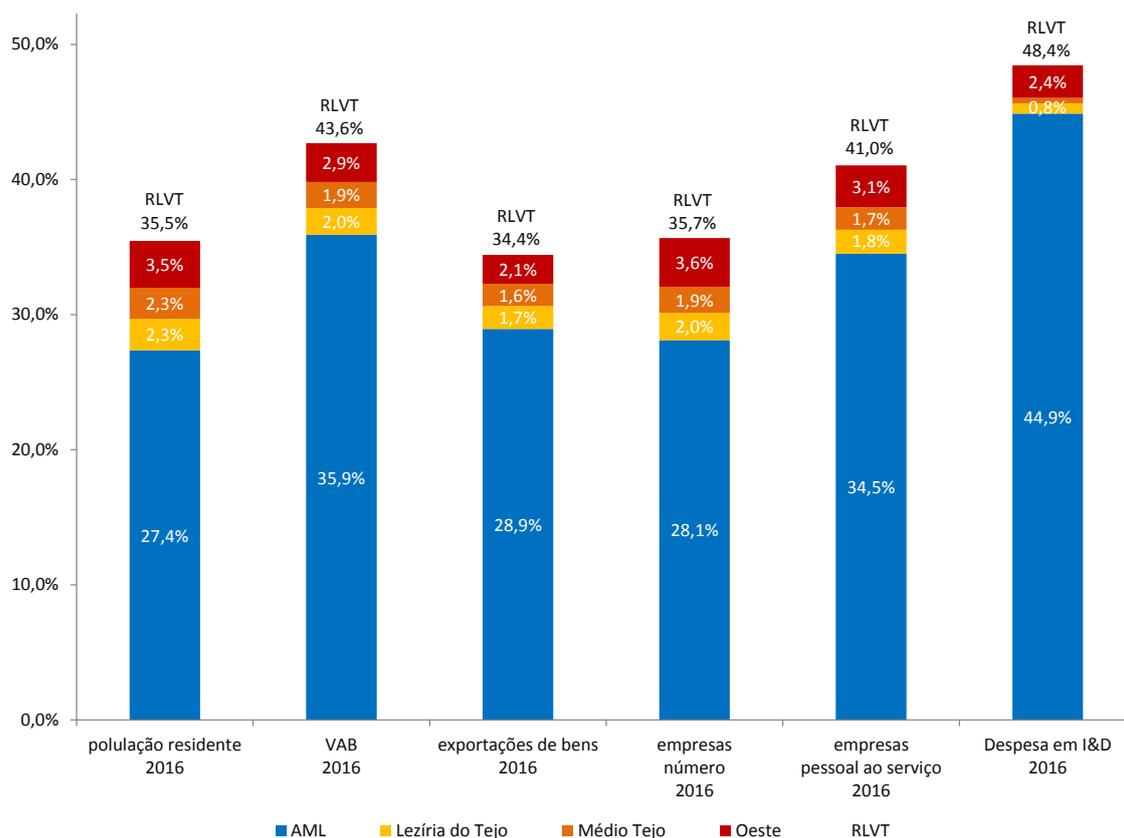
Decorrente de problemas estruturais graves, Portugal foi intervencionado três vezes pelo Fundo Monetário Internacional (desde a fundação do FMI em 1960): em 1977, 1983, com um empréstimo de 750 M€, e em 2011. A última das quais por simultaneidade de uma crise nacional e das consequências da crise financeira internacional iniciada em 2007-2008. Esta crise criou graves problemas económicos e sociais em Portugal e nos países ocidentais. Esta última intervenção, a mais forte, conjunta com a Comissão Europeia, incluiu o resgate financeiro de 78.000 M€ e um grande conjunto de imposições muito gravosas para a população e para as empresas, designadamente:

- aumento generalizado de impostos;
- cortes nos salários, pensões e subsídios;
- cortes na despesa pública e no investimento;
- privatizações.

Pelo exposto, verifica-se que a descentralização no século XXI não pode ser seguida como em muitos países no século XX, como os exemplos apresentados (no capítulo 8) em relação a França. No entanto é importante salientar o que poderia ter sido feito e não foi, ao longo de várias décadas de governação, por inúmeros governos, no domínio do desenvolvimento regional e da descentralização.

6. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Importa considerar a dimensão territorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), composta por 52 Municípios, organizados em três Comunidades Intermunicipais, do Oeste, do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, e na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Na RLVT residiam 3,7 milhões de habitantes correspondente a 35,5% da população de Portugal, com 42,7% do PIB nacional, 43,6% do Valor Acrescentado Bruto, 41,0% do emprego (empresas, pessoal ao serviço), 35,7% do número de empresas, 34,4% das exportações, concentrando 50% do montante nacional aplicado em investigação, relativamente ao país.



População residente (N.º); Valor acrescentado bruto a preços correntes (€); Exportações de bens (€); Empresas (N.º); Empresas-Pessoal ao serviço (N.º); Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento; Fonte: INE.

[Peso da RLVT e as suas Sub-regiões no País: principais indicadores](#)

Importa referir o peso dominante da RLVT no desenvolvimento do país, expresso claramente nos principais indicadores macroeconómicos e nos indicadores ligados à inovação e alta tecnologia, onde se apresenta como centro polarizador relativamente ao país. Importa salientar que, além dos limites definidos para os territórios, o sistema funcional da RLVT compreende redes de fluxos, polos de atração, e roteiros de produção e consumo, numa dimensão regional com base na forte complementaridade das sub-regiões Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo com a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Esta realidade, que consiste na dimensão sistémica da RLVT deve ser incorporada na Estratégia 2030.

Apoiado nas redes de acessibilidade desenvolve-se um sistema urbano policêntrico, hierarquizado a partir do centro metropolitano onde se concentram grandes equipamentos e serviços de nível regional e nacional. Esse centro é constituído por uma rede estruturada de centralidades urbanas de vários níveis, articuladas entre si, segundo eixos e coroas, que organizam a RLVT formada pelo espaço metropolitano e os territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo.

No atual contexto global, onde a inovação é permanente, é fundamental a inserção nas redes mundiais. A posição de Portugal na EU e entre continentes é um ativo estratégico, que aumenta o potencial de crescimento e competitividade. Neste sentido, do potencial das relações com o mundo, a língua portuguesa aumenta as oportunidades de construção e reforço de redes, na ótica da competitividade internacional.

O desenvolvimento regional da RLVT, encontra assim no esforço DE COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL interna, o desafio, paralelo de CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL, eixos fundamentais para assegurar resiliência e adaptação à mudança desta Nova Era.

Para tirar partido das suas potencialidades, e em benefício das restantes regiões do país, a RLVT deve reforçar a sua posição como plataforma das redes globais, nos portos, aeroportos, logística e cadeias de valor. Trata-se de apostar na ligação à Europa e às redes transeuropeias; como plataforma tecnológica, atraindo investimento e jovens qualificados.

A competitividade internacional da Região Capital é estruturante para o desenvolvimento de todo o país. A sua localização estratégica no centro do Atlântico, a sua concentração económica, e os seus recursos científico e tecnológico, criam condições para a sua inserção em redes internacionais de excelência (energéticas, comerciais, marítimas, redes do fluxo do conhecimento, da tecnologia, das finanças) e estando por explorar novas formas de cooperação em inovação, promovendo a internacionalização do tecido empresarial regional.

No âmbito da necessidade de uma visão para a RLVT que seja integradora e coerente com os imperativos da coesão interna dos territórios, torna-se fundamental observar as sub-regiões com base nas suas funções e potenciais de desenvolvimento, retirando-as do formato estanque do modelo atual de governação dos FEEI. Esses potenciais, assentes e nutridos pela miríade de atividades presentes na região, ilustram a inegável diversidade regional desta, conferindo-lhe assim valor próprio reconhecido pelos seus habitantes.

Essa vantagem da RLVT tem de ser capitalizada, desenvolvendo estratégias concretas no sentido da internacionalização, progressão nas cadeias de valor e correta afetação de recursos na equação de produção de riqueza e atracção de investimento, garantindo o reforço necessário da competitividade internacional da região.

Vários fatores tornam-se decisivos para a concretização da posição pretendida no cenário de competitividade internacional:

- O aumento da qualidade dos bens e serviços produzidos, característica indissociável da alta qualificação dos recursos humanos;

- A internalização de tecnologias, conhecimento e criatividade para a geração de alto valor acrescentado, promovendo a combinação certa entre processos de inovação e de diferenciação;
- A complementaridade inter-regional através da qual se fará a convergência da região e do país, assumindo a liderança de Lisboa e Vale do Tejo nesse desiderato.

A participação da RLVT no âmbito deste processo de convergência beneficiará tanto da aplicação dos FEEI em projetos direcionados para sectores e territórios alargados, galvanizando a competitividade internacional, como do desenvolvimento de projetos nacionais de produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologia.

O território deve ser também encarado como um recurso, para além dos recursos materiais que pode mobilizar. É a capacidade de mobilizar a sua população, instituições públicas, empresas privadas, universidades, associações e outras entidades, e as redes em que se inserem para o desenvolvimento. É a capacidade de fazer convergir os interesses e a capacidade das instituições na inovação, mobilizando a reflexão sobre novos mercados, novos comportamentos dos decisores, novos processos de produção, novos materiais, novas formas de organização do trabalho, novas formas de capitalização, novas formas de financiamento. Procurando que os criadores, os decisores, os financeiros e os restantes atores:

- criem um viveiro de inovação;
- criem as condições de desenvolvimento das inovações;
- integrem cada inovação na cadeia de valor;
- apoiem as condições corretas de aplicação de cada inovação, em cada uma das fases: inicial, de estruturação, e de ancoragem.

O conjunto de pessoas, ideias, infraestruturas, recursos e qualidade urbana atuarão como um magneto atraindo investimento, qualidade de mão de obra e mercados e permitindo maiores oportunidades de emprego, inovação, conhecimento. E mobilizando novos investimentos.

A globalização não tem os mesmos impactos em todos os territórios. Cada cultura, cada território, cada mercado, cada empresa, cada cidadão, em cada situação específica, aceitam, rejeitam ou adaptam-se aos processos da globalização de forma diferente.

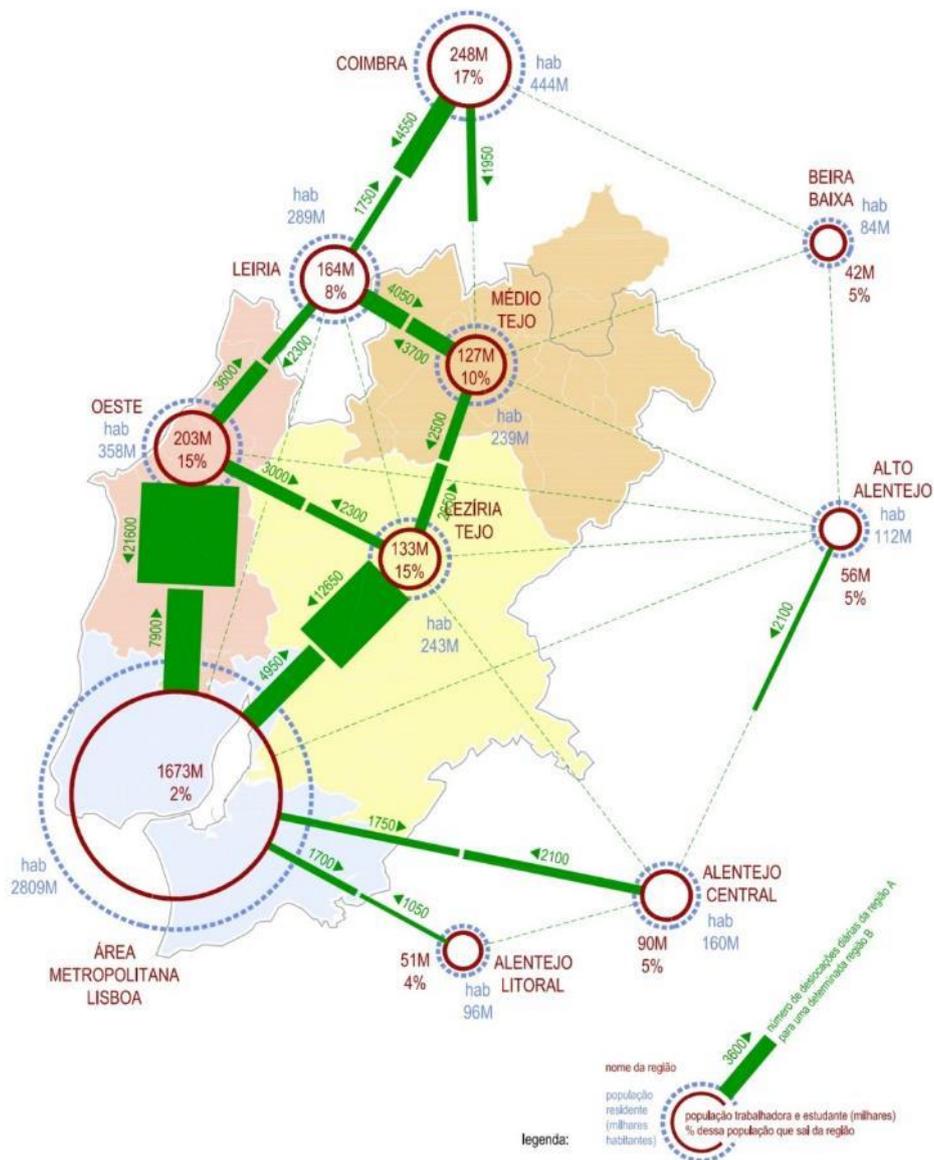
Tal qual como as empresas, os serviços públicos têm de se adaptar a uma procura diferenciada, adotando um serviço mais personalizado, com maior flexibilidade, utilizando os meios informáticos para minimizar as deslocações. Nos transportes públicos as alterações são ainda mais notórias.

A necessidade de grandes investimentos públicos em equipamentos e infraestruturas, de serviços de melhor qualidade e mais acessíveis aos utentes, aliada aos limites de endividamento dos estados e das regiões conduz a investimento público-privados e/ou privatização de funções tradicionalmente estatais, regionais ou municipais.

Enquanto há alguns anos a existência ou não de equipamentos e infraestruturas era objeto de análise, hoje as valências oferecidas, a qualidade do serviço, a resposta a solicitações mais diversificadas e individualizadas, são objeto de cuidado permanente.

No âmbito dos equipamentos e serviços prestados, com o suporte das novas tecnologias, há que traduzi-los em: maior especialização (prestando serviços mais rigorosos); maior acessibilidade (estando mais acessíveis aos cidadãos); mais flexibilidade (prestando serviços mais personalizados); maior funcionalidade (prestando mais serviços); utilizando meios informáticos para minimizar as deslocações; e maior adaptação às condições específicas de cada território. É por vezes importante desenvolver atividades de natureza distinta no mesmo espaço.

Neste domínio dão expressão à região funcional os movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes representados seguidamente. Estes movimentos mostram claramente a existência de fortes interdependências intrarregionais, quer as que se desenvolvem entre o núcleo metropolitano e a coroa envolvente dos territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo, quer as que se desenvolvem dentro dessa mesma coroa envolvente. E evidenciam igualmente a capacidade atrativa da Região no seu todo e dos territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo sobre as sub-regiões vizinhas.



Nº médio de deslocações diárias de trabalhadores e estudantes entre NUTS III (considerados valores ≥ 1000)
 Fonte: INE censos 2011.

Figura 02: Deslocações sub-regionais e inter-regionais

Os movimentos identificados refletem a organização da localização das empresas e estabelecimentos de ensino, sendo que o núcleo metropolitano concentra o emprego mais qualificado, bem como o emprego público, enquanto os territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo ainda carecem de atingir patamares superiores nestas duas variáveis. A Região dispõe de um sistema de inovação que inclui grandes universidades instaladas no núcleo metropolitano, institutos politécnicos e laboratórios do Estado, mas também empresas multinacionais e grandes empresas dos setores infraestruturais, incubadoras e parques tecnológicos, clusters industriais consolidados e proto clusters disseminados nos diversos territórios sub-regionais que funcionam em interação.

A percentagem de seniores existente e os aumentos previstos obrigam a uma atenção redobrada, obrigando a que os Municípios e as Cidades apresentem as suas Estratégias para a Idade Sénior, compreendendo propostas em vários domínios, em especial:

- assegurar serviços de proximidade;
- promover a economia de proximidade e a economia solidária;
- favorecer a utilização das novas tecnologias nos equipamentos, nos serviços, nas empresas e na habitação;
- criar redes de solidariedade baseadas em profissionais reformados e na solidariedade intergeracional;
- atrair os profissionais cuja oferta não equivale à procura, através da formação, habitação e outros incentivos de relocalização;
- promover o apoio domiciliário, a menos de pessoas muito dependentes, com demência ou patologias impossíveis de tratar domiciliariamente;
- habitação adaptada considerando que os seniores devem permanecer nas suas casas a menos dos que assumirem patologias muito invalidantes;
- equipamentos sociais;
- comércio;
- espaço público adaptado;
- transportes públicos;

Os Municípios devem equacionar as vantagens e desvantagens da idade sénior para o desenvolvimento, implementando estratégias próprias, atraindo reformados com vitalidade e jovens. Serão os Municípios ganhadores da competitividade.

As condições específicas dos seniores vão mobilizar o aumento da prestação de serviços particulares: enfermagem domiciliária; serviços de refeições; instalação de teleassistência; serviços de higiene domiciliária; ajuda à mobilidade (para bancos, médicos, gares, aeroportos, correios, etc). Para uma melhor qualidade de vida há que dinamizar e acompanhar estas novas empresas, dando-lhes condições de sucesso.

É oportuno desenvolver o apoio institucional a novos estatutos e níveis de intervenção designadamente:

- o estatuto do salário pontual;

- instituições de voluntariado dedicadas à benfeitoria social;
- para empresas destinadas à consultoria de alta qualificação;
- instituições de atividade inter geracional;

Estima-se que muitos dos reformados, trabalharão em outras atividades ou para complementar reformas consideradas insuficientes ou para continuar uma atividade intelectual que permite melhores níveis de saúde. Estas atividades terão como infraestrutura as redes e os sistemas informáticos.

7. PARA A ESTRATÉGIA 2030 DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

A CCDR LVT concluiu em maio de 2018 o Relatório com este título (TEIXEIRA et al, 2018). Foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Salientam-se alguns aspetos:

[...]

Definição do paradigma da competitividade internacional e coesão territorial e social, clarificando o desígnio da competitividade internacional de Lisboa como Região (compreendendo toda a RLVT em toda a sua dimensão sistémica e diferenciada), no contexto da globalização e do relacionamento nas redes europeia e mundial das principais cidades-região. Por outro lado, em paralelo, contextualiza-se o desígnio da coesão territorial e social, que se compreende na estrutura polinucleada de centros urbanos e realidades locais em toda a RLVT, onde a dinamização dos centros urbanos é o caminho para a eficiência do sistema urbano da RLVT e a integração das populações nas redes de serviços e oportunidades de desenvolvimento. Estes dois desígnios, da competitividade internacional e da coesão territorial e social, complementares entre si, e que concorrem para a afirmação de Lisboa-RLVT no mundo, sustentam a visão para RLVT;

[...]

As relações de interdependência e funcionalidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo antes identificadas estão bem evidenciadas no estudo recente sobre macrorregiões funcionais

portuguesas, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este estudo identifica e analisa uma grande região funcional polarizada por Lisboa, designada por arco metropolitano de Lisboa, que inclui toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo e, ainda, os eixos que se estendem a Sines, Évora e Leiria, concluindo que no seu conjunto este extenso território constitui um sistema interativo e interdependente que desempenha um papel destacado na inserção de Portugal no mapa da globalização.

[...]



Figura 06: Desafios temáticos e subtemas para recolha de contributos e sessões de reflexão

[...]



Figura 07: Esquema com 3 grandes conteúdos deste documento

[...]

O desenvolvimento regional da RLVT, no quadro do potencial de promoção do progresso do país, compreende o imperativo da competitividade internacional em paralelo com o esforço da coesão territorial e social interna. Apenas com o sucesso nestas duas frentes,

CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL E DAS REGIÕES e COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL será possível a resiliência e adaptação à mudança nesta Nova Era.

A RLVT pode mobilizar as potencialidades que daqui decorrem: como plataforma das redes globais, nos portos, aeroportos, logística e cadeias de valor; na ligação à Europa e às redes transeuropeias; como plataforma tecnológica, dos desenvolvimentos atuais e futuros, atraindo investimento, mobilizando jovens qualificados e gerando mais-valias.

A competitividade internacional é uma das componentes mais importantes de uma Região Capital. A afirmação da competitividade internacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo passa por saber aproveitar a sua localização estratégica no centro do Atlântico enquanto motor do país, tirando partido do seu potencial científico e tecnológico de qualidade reconhecida internacionalmente, dos seus recursos e competências, privilegiando a sua inserção em redes internacionais de excelência (energéticas, comerciais, marítimas, redes do fluxo do conhecimento, da tecnologia, das finanças) e noutras formas de cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização do tecido empresarial regional.

[...]

“Os países que vão vencer são os que vão conseguir inserir-se nas grandes redes mundiais ...energéticas, comerciais, marítimas, redes do fluxo do conhecimento, da tecnologia, das finanças”. António Costa e Silva

[...]

“É em Lisboa que se ganha ou se perde a convergência da economia portuguesa. Penalizar Lisboa é um erro e irá penalizar todo o país. Não se converge nivelando por baixo.” Augusto Mateus

[...]

“É ao nível da complementaridade e dos projetos que se criam efeitos de spill over entre regiões.” Paulo Madruga

[...]

“A capacidade de ciência e tecnologia que existe nesta região obviamente deve ter também spill-overs para o resto do País...O interior não se desenvolve cortando a capacidade que temos aqui. O interior desenvolve-se criando condições para se desenvolver e obrigando regiões (como Lisboa e Porto) a fazer spill-overs para o interior.” Mira Amaral

[...]

“A territorialização das políticas públicas não se faz apenas pela disputa do orçamento dos fundos estruturais e da sua afetação às regiões. A territorialização das políticas públicas tem que ver com fazer em cada território o que faz sentido fazer em cada território e não fazer o mesmo em cada território. A isto corresponde a valorização da diferenciação.” Augusto Mateus

[...]

A importância dos territórios da RLVT conduz-nos a especificar um conjunto de orientações para territórios diferenciados, no sentido de criar novos caminhos para o desenvolvimento em cada zona, aplicando intervenções públicas eficientes, que criem riqueza e emprego, com soluções inovadoras, em cada território:

- Adotar o desenvolvimento policêntrico, com base nas potencialidades apropriadas a cada zona e na intensificação das relações funcionais;
- Mobilizar as potencialidades dos diferentes territórios funcionais, ultrapassando divisões administrativas, e criando sinergias entre as diferentes funções de cada território e com outros territórios funcionais, adotando modelos eficazes de governança adaptados às funções específicas e com geografias variáveis e utilizando iniciativas e projetos conjuntos, redes e empresas intermunicipais;
- Diversificar a economia, criando massa crítica, aumentando o valor acrescentado e a escala das atividades;
- Focar-se em estratégias de especialização inteligente apropriadas ao desenvolvimento local de cada território, em conexão com as estratégias de outros territórios da RLVT, numa rede regional de cooperação, mobilizando os atores relevantes de diferentes setores e dimensões, na cadeia de valor desde a investigação até à comercialização;
- Estimular a economia do conhecimento, principalmente em zonas menos dedicadas, mobilizando apoios públicos, reembolsáveis ou não, com focos diferenciados conforme os

territórios funcionais, baseando-se nas potencialidades locais, mobilizando a cooperação entre os atores e entre recursos, ciência e empresas e atraindo jovens qualificados;

- Incentivar o desenvolvimento de estratégias regionais, sub-regionais, municipais e locais que revertam as tendências indesejáveis e mobilizem as instituições para estratégias que alterem as rotinas respetivas, sempre que necessário;
- Assegurar que o aumento da competitividade e da coesão não se faz à custa da sustentabilidade e da resiliência;
- Reduzir as desigualdades entre centros urbanos com mais e menos recursos, reduzindo o distanciamento de oportunidades entre os centros e a periferia;
- Mobilizar potencialidades locais, desenvolvendo a integração de produtos intersetoriais (como o agroturismo) e verticais (como novos nichos de mercado);
- Aplicar medidas de política que sirvam de contrapeso à perda de população atraindo jovens qualificados, promovendo o retorno de emigrantes e criando condições de emprego, de equipamentos e de qualidade de vida que reduzam a incidência do declínio populacional, assim como a mobilização do investimento com origem na diáspora.

[...]

“Assegurar a oferta de um habitat digno pressupõe eliminar situações de habitação precária que persistem na Região, [...] com especial prioridade para os casos localizados em áreas de risco.” Sérgio Barroso

Para a coesão social da RLVT são necessárias soluções multidimensionais que tendo no seu centro as crianças e jovens, têm que envolver a família, a comunidade e a escola, assim como têm de facilitar a transição para a vida ativa com novas oportunidades de formação contínua, de reorientar a formação para áreas com maior empregabilidade, e de experienciar a integração na vida ativa, por apoio aos beneficiários ou aos empregadores. Facilitar a empregabilidade beneficiará cada vez mais da aprendizagem ao longo da vida e da adaptação do capital humano à evolução das necessidades do mercado de trabalho.

Para a coesão social da RLVT é necessário assegurar igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais de interesse geral. As tendências demográficas sugerem o despovoamento de alguns concelhos do Médio Tejo, Lezíria e Oeste e de alguns municípios da AML, o que coloca o desafio da gestão de equipamentos e da provisão de bens e serviços públicos. Repensar a rede

urbana, e definir uma estrutura resiliente, poderá justificar programas que contrariem o colapso das dinâmicas urbanas em centro rurais, e reforce o repovoamento, dado que em muitos casos é necessário massa crítica para assegurar a eficiência e qualidade dos serviços prestados.

A tecnologia poderá ajudar a suprimir a redução de serviços, e a fixar novas famílias nas baixas densidades, mas a necessidade de uma estratégia de transição demográfica é clara. Uma estratégia que aumente a capacidade de oferta de serviços de educação e de acolhimento na primeira infância a preços comportáveis e de boa qualidade, e que aumente a capacidade de oferta de cuidados de longa duração, em linha com as tendências demográficas, oncológicas e epidemiológicas.

Visão para a região de Lisboa e Vale do Tejo

Lisboa e Vale do Tejo, região capital europeia inserida num quadro privilegiado das rotas e plataformas internacionais e explorando a Zona Económica Exclusiva, dinamizando a competitividade com base na inovação e qualificação, num território coeso, alavancada na economia do conhecimento, na complementaridade das diversidades e comunidades locais e nas suas relações funcionais, aplicando a sustentabilidade, a eficiência energética, a economia circular, mobilizando a inclusão social, acabando com a pobreza e valorizando o património.

Os 10 Pilares Estratégicos propostos são (1) Sustentabilidade Demográfica e Juventude, (2) Qualificação, (3) Novas Tecnologias, (4) Alto Valor Acrescentado, (5) Urbanidade, (6) Inclusão Social e Combate à Pobreza, (7) Idade +, (8) Tejo e Sado, (9) Património, (10) Economia Circular.

Os Grandes Projetos Estruturantes são: RLVT Escolas para o Mundo - centros de excelência internacional; Plataforma Atlântica de Lisboa; Medicina de Precisão - da investigação ao serviço nacional de saúde; Estuários do Tejo e Sado - paisagem, turismo, recreio e lazer; Agroalimentar e Florestal; Transportes Sustentáveis e Integrados; Smart Region; No Caminho para a Descarbonização; e Projeto Tejo - aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Tejo.

8. BREVES EXEMPLOS HISTÓRICOS DE DESCENTRALIZAÇÃO

Embora conscientes que as condições concretas diferenciam as opções assumidas em diferentes países, e que Portugal nunca assumiu uma política pública integrada de ordenamento do território, apresentam-se resumidamente alguns exemplos de França.

Em 1963, o General de Gaulle cria a *Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale* (DATAR) com o objetivo de definir a política de ordenamento do território e de a concretizar.

A criação da DATAR segue-se à publicação, em 1947, em França do Livro *Paris et le Désert Français*, do geógrafo *Jean-François Gravier*.

No âmbito da política de Ordenamento do território a descentralização constitui uma componente fundamental para:

- inverter a tendência de concentração em Paris;
- reverter as tendências instaladas reequilibrando o território;
- apoiar o desenvolvimento dos territórios menos favorecidos; apoiar os territórios mais frágeis;
- descentralizar atividades industriais e serviços;
- dinamizar outras metrópoles;
- reconverter as zonas de atividades industriais e mineiras abandonadas e com grande desemprego;
- mobilizar investimento.

Na primeira fase a DATAR concretizou a política de infraestruturas e os *Contrats de Plan*, entre o Estado e as Regiões. Estes contratos, que hoje vão na sexta geração, constituem o compromisso de financiamento entre as duas partes, para um período de seis anos, na programação de projetos importantes para o ordenamento do território.

A política *des Métropoles d'Équilibre*, foi iniciada em 1963, baseada na teoria que o desenvolvimento de cidades privilegiadas para a indústria, os serviços, os equipamentos, terá efeitos induzidos nas regiões circunvizinhas. Foram definidas: Lille–Roubaix –Tourcoing; Nancy-Metz-Thionville; Strasbourg; Lyon-Saint Étienne-Grenoble; Marseille Aix-en-Provence - Delta du Rhône; Toulouse; Bordeaux e Nantes-Saint Lazare. Em 1970 foram definidas mais quatro: Rennes; Clermont-Ferrand; Dijon e Nice. Realizaram-se operações de infraestruturização

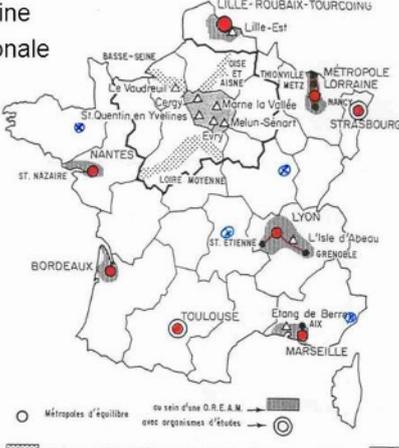
aeroportuárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias e imobiliárias para acolhimento de novas empresas e de uma nova população.

DATAR: La Politique des Métropoles d'Équilibre - 1963

- rééquilibrer l'armature urbaine
- relancer la dynamique régionale

objectifs:

- desenvolver as cidades e regiões de nível 2 e 3 em França
- desconcentrar atividades da Região de Paris
- regenerar os centros urbanos e prever vastas áreas de expansão
- construir infraestruturas pesadas: metropolitano, vias circulares, abastecimento de água, eletricidade e telefones
- construir grandes equipamentos sociais
- acolher atividades industriais e de serviços
- desenvolver as instituições de ensino superior



○ Métropoles d'équilibre du sein d'une O.R.E.A.M. ou O.R.E.A.V. avec organismes d'études
▨ O.R.E.A.M. et O.R.E.A.V. (Villiers) au sein de la mission d'études de Bassin Parisien
△ Ville nouvelle

A política *des Villes Moyennes*, destinou-se a aglomerados com população entre 20.000 e 100.000 habitantes. Foi iniciada em 1973, com o objetivo de fixar a população vinda do mundo rural, que deixou a agricultura em consequência da assinatura do Tratado de Roma, de 1957, no âmbito do qual desapareceram as barreiras alfandegárias entre os Estados membros, num período transitório de 12 anos e em consequência do qual a mecanização fez diminuir em muito a mão de obra da agricultura.

DATAR: La politique des Villes moyennes – 1973 a 1977

- Estratégias locais de intervenção em: habitação, equipamentos sociais, espaço público
- Contributo para o policentrismo, a modernização económica, social e a qualidade de vida
- 73 contratos entre o Estado e Municípios, com população entre 20 000 e 100 000 habitantes
- Em 1975 abrangia Municípios com 7,2 milhões de habitantes

A política dos *petites villes et des pays*, iniciou-se em 1975, com o objetivo de manter e desenvolver a animação socioeconómica dos aglomerados com população entre 5.000 e 20.000 habitantes, nomeadamente através da reutilização do património, melhoramentos urbanos, dinamização sociocultural e de equipamentos públicos, mobilização das atividades económicas com potencialidade local.

DATAR: La politique des petites Villes et des pays – 1975 a 1983

Combate à desertificação

Estratégias locais de desenvolvimento

- 300 contratos entre o Estado e os Municípios com população entre 5 000 e 20 000 habitantes

Em 1975 a população dos Municípios entre 5 000 e 20 000 habitantes era 10% da população francesa

Os tecnopolos ou parques tecnológicos são instrumentos de reforço da polarização e do desenvolvimento regional em França. Assumem características diferenciadas, tais como: centros de inovação, parques de ciência, parques tecnológicos e parques de negócios. O primeiro, criado em 1969, perto de Nice é La Technopole de Sophia Antipolis. Seguiram-se vários: Rennes Atalante (1984); Nancy-Brabois; Villeneuve-d'Ascq perto de Lille; Inovallée perto de Grenoble; etc. Contribuem para a competitividade, o desenvolvimento e para a especialização das respectivas regiões, congregando no mesmo espaço: empresas, investigação, inovação, experimentação e ensino qualificado. Salientam-se algumas especializações: ambiente, náutica, saúde, biologia, farmácia, aeroespacial, ciências da vida, agricultura, mar, robótica, inteligência artificial, Big Data e I&T.

Os Pôles de Compétitivité, Moteurs de Croissance et d'Emploi, foram criados em 2004, para implantação em territórios bem identificados, com temáticas definidas. Englobam empresas, laboratórios de investigação e inovação e instituições de formação.

DATAR: Pôles de Compétitivité – 2005

Fase 1 (2005-2008) - Fase 2 (2009-2012) - Fase 3 (2013-2018)
7 mundiais, 11 de vocação mundial e 53 nacionais

Objetivos:

- economia mais competitiva
- contribuir para o policentrismo
- aproximar empresas e instituições públicas
- aproximar os estabelecimentos de ensino das empresas
- criar mais emprego
- promover a inovação
- desenvolver zonas em dificuldade

Áreas de especialização: aeroespacial, agroalimentar, ciências da vida e da saúde, mar, biomedicina, cancro, digital, cerâmica, inovação nos cereais, cosmética, inovação financeira, energia e recursos renováveis, internet e telecomunicações, comércio e distribuição, logística e transportes terrestres, farmacêutica, química verde, novas terapias da saúde, óptica, água, materiais, mecânica, ecotecnologias, etc.

DATAR: Pôles de Compétitivité – 2005

AEROSPACE VALLEY – 2005

- Regiões Occitane e Nouvelle-Aquitaine
- Toulouse
- Aeronáutica, espaço e informática
- Centros de investigação, empresas, instituições públicas, estabelecimentos de ensino
- estratégia industrial, de investigação e de formação
- projetos em comum entre os membros
- Airbus
- Centre National d'Études Spaciales
- Alcatel
- Darsault Aviation
- 8500 investigadores
- 10 M€ de faturação

Foram definidas políticas para as 15 zonas de recessão industrial: construção naval, siderurgias e bacias carboníferas, promovendo a reindustrialização, a conversão de atividades e o emprego.

9. PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO

Os 10 princípios que se referem devem ser considerados nos processos de atuação, matriciando a atuação direta dos dirigentes e dos serviços, procurando ser decisivos na concretização de resultados. Enunciam-se esses princípios:

- Interesse público: abrange as atividades de instituições públicas e privadas que defendem o bem público e o serviço público, como o conjunto de bens e serviços essenciais à sociedade, cuja preservação compete ao Estado, embora possam ser delegados;
- Equidade: é o princípio de igualdade de oportunidades e resultados, aplicados em situações semelhantes, a todos, independentemente do sexo, idade, credo, raça ou situação económico-social;
- Coerência: é o princípio da consistência integrada e sistemática entre diversos valores, elementos ou relações;
- Ética: é o código de regras de comportamento que devem ser aplicadas para cumprir a lei, os códigos de conduta e os princípios de comportamento social, científico e tecnológico;
- Prestação de contas: é a obrigação de demonstrar: a obtenção dos resultados desejados e dos objetivos definidos; a boa gestão; e explicar as decisões tomadas, de forma transparente, rigorosa e acessível;
- Racionalidade: é o princípio que consiste em tomar as decisões ótimas para atingir os objetivos, que resolvem o problema, resultando nos benefícios máximos para a sociedade ou para as pessoas;
- Eficiência: aumenta a relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados;
- Precaução: é o princípio aplicável quando os riscos não são compatíveis com o nível de proteção pretendido ou fixado, porque: a informação científica ou técnica não é suficiente, é inconclusiva ou apresenta grande grau de incerteza; ou a avaliação científica ou técnica apresenta conclusões com resultados potencialmente negativos;
- Transparência: é a obrigação de atuar e tomar decisões visíveis, acessíveis, compreensíveis, num processo aberto de comunicação e de informação. As decisões adotadas devem estar justificadas;

- Participação: é um direito que visa envolver os interessados ou afetados por um processo público, contribuindo para uma melhor decisão.

10. CONCLUSÕES

Em Portugal, mais especificamente no continente, apresentam-se problemas de administração que urge resolver, de entre os quais se destacam os seguintes, no âmbito de Comissão Independente para a Descentralização:

- dinamizar a competitividade internacional e a coesão social e territorial;
- integrar políticas setoriais à escala específica dos respetivos objetivos, promovendo abordagens multisetoriais e multinível e de interdependência entre as estruturas setoriais e as territoriais e criando espaços geográficos evolutivos e variáveis, de acordo com as diferentes geografias, ultrapassando as grandes discrepâncias entre as áreas funcionais e as institucionais;
- concretizar abordagens com vários horizontes temporais: a curto, médio e longo prazos, resultantes de visão, estratégias e marcos de progressão definidos para cada território;
- concretizar a resolução de problemas locais existentes e previstos, ao nível local;
- mobilizar a competitividade, a inovação, a inserção em redes, a aplicação da inteligência artificial, a complementaridade dos projetos;
- adotar soluções administrativas e políticas que não façam subir a despesa pública ainda mais.

Ao nível local é essencial a aplicação das atribuições e competências dos Municípios e das Freguesias. A lei nº 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

A despesa municipal, em percentagem da despesa pública, em Portugal, é de 12,6%. A média europeia é de 23,8%. Na Suécia é de 50,6% e na Dinamarca 65,0%.

Com a aplicação da lei nº 50/2018 e percentagem referida subirá, nunca atingindo sequer o valor médio europeu, atendendo às parcas competências transferidas recentemente.

Neste ponto há que considerar as características muito diferenciadas dos Municípios em Portugal, cuja população residente varia entre 500 habitantes e 500000 habitantes. Existem 34

municípios com menos de 5000 habitantes. A necessidade de eficiência e de eficácia na gestão de várias atribuições e competências municipais obriga a soluções intermunicipais, no âmbito das CIMs, atingindo-se valores mínimos para uma gestão correta. Grande parte das soluções locais terão de ter nas CIMs as capacidades de realização necessária. Para tal torna-se necessário aprofundar as atribuições e competências das CIMs, para além das consignadas na legislação atual e simultaneamente dinamizar a disposição intermunicipal dos Municípios. Atualmente existem 21 CIMs e 2 Áreas Metropolitanas. As áreas territoriais das entidades intermunicipais coincidem com as NUTS III.

As áreas metropolitanas constituem situações especiais de interdependência e compactividade que obrigam a uma descentralização de competências de setores mais metropolitanos, tais como a mobilidade, os transportes, a habitação, o turismo, os equipamentos de nível metropolitano, tais como parques de ciência e tecnologia, no âmbito da qual os autarcas municipais decidem de acordo com a visão e os objetivos definidos para cada uma das áreas metropolitanas.

A Área Metropolitana de Lisboa, como está instituída é constituída por 18 Municípios, num total de 2,8 milhões de habitantes. A sua delimitação foi definida nos estudos do Plano Diretor da Região de Lisboa, em 1964.

Atualmente, funcionalmente a Área Metropolitana de Lisboa apresenta limites mais alargados do que a Região de Lisboa e Vale do Tejo, como é definido na publicação da Fundação Calouste Gulbenkian: Uma Metrópole para o Atlântico, cujos autores são reconhecidos especialistas de desenvolvimento regional.

É o momento oportuno para consignar uma nova Área Metropolitana constituída por:

- Grande Lisboa (CIM a criar)
- Península de Setúbal (CIM a criar)
- CIM do Oeste
- CIM do Médio Tejo
- CIM da Lezíria do Tejo

Esta nova Área Metropolitana de Lisboa para efeito da governação dos FEEI será constituída por dois Planos Operacionais Regionais. Um apresentando um PIB per capita da categoria das regiões europeias mais desenvolvidas: a Grande Lisboa. O outro Plano Operacional Regional será constituído pelas quatro CIMs: Península de Setúbal, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, apresentando condições de desenvolvimento semelhantes às das regiões de convergência.

Desta forma haverá:

- maior competitividade da nova Área Metropolitana de Lisboa, maior dinâmica, intercomunitividade e diversidade;
- diferenciação entre regiões mais desenvolvidas e as de convergência.
- integração entre instrumentos de planeamento de gestão, dos FEEI.

O mapa seguinte sintetiza esta proposta.



Proposta semelhante consta do documento produzido, em abril de 2016, pelo Grupo de Trabalho de Reflexão sobre a Governação territorial na RLVT, nomeadamente a configuração e reconfiguração das NUTS III. Participaram Carlos Miguel (SEAL), João Teixeira (CCDR LVT), José Neto (CCDR LVT), Fernanda do Carmo (ORLVT), António Figueiredo (QUATERNAIRE), Félix Ribeiro (FCG), Francisco Vala (INE), João Ferrão (ICS/UL), João Salis Gomes (ISCTE/UL), Jorge Gaspar (CEDRU), Josué Caldeira (QUATERNAIRE), Maria do Céu Albuquerque (CIM Médio Tejo), Moura de Campos (CD POR Lisboa 2020), Nuno Vitorino (CEO Ilha de Ideias Projetos e Serviços), Pedro Folgado (CIM Oeste), e Pedro Ribeiro (CIM Lezíria do Tejo e CR LVT);

Ao nível regional há que considerar a população média por NUTs II, em alguns países da Europa:

- Bélgica - 3,78 milhões de habitantes
- Alemanha - 5,17 milhões de habitantes
- Grécia - 2,68 milhões de habitantes
- Espanha - 6,66 milhões de habitantes
- França - 4,78 milhões de habitantes
- Itália - 12,09 milhões de habitantes
- Holanda - 4,29 milhões de habitantes
- Polónia - 5,41 milhões de habitantes
- Roménia - 4,81 milhões de habitantes
- Suécia - 3,76 milhões de habitantes
- Reino Unido - 5,52 milhões de habitantes

A França aprovou em 2014, na Assembleia Nacional, uma profunda reforma, alterando as suas 22 regiões para 13 regiões, sob proposta do governo de François Hollande. Em lugar dos 22 concelhos regionais e assembleias haverá 13. Os encargos diminuirão substancialmente.

Bernard Cazeneuve, o Ministro do Interior à data, alertou: “O nosso objetivo não é criar regiões com identidade, como em Espanha ou em Itália, mas regiões económicas que sejam ao mesmo tempo fortes e respeitadas com as identidades locais”

E acrescentou, na Assembleia da República em 23 de julho de 2014 “Queremos territórios mais fortes e melhor organizados que dividam seus gastos de funcionamento”.

Estima-se a economia em 12 biliões de euros em três anos. A economia abrange economias de escala, ordenados de políticos e de funcionários, assim como melhores estratégias e atratividade acrescida das novas regiões.

Verificaram-se reduções do número de regiões noutros países:

- Grécia de 54 províncias para 13
- Dinamarca de 14 para 5 regiões
- Suécia reduzindo 21 regiões para menos de metade.

A dimensão média das regiões na Europa, a tendência para reduzir o número de regiões, a estabilidade das delimitações das CCDRs e a necessidade de não criar estruturas que conduzam a maior despesa pública, conduzem à necessidade de descentralizar funções de várias direções regionais, mais relacionadas com o ordenamento do território e do ambiente, para as CCDRs, tais como as direções regionais de saúde, agricultura, património, assim como as competências referentes às ARHs, ao turismo e aos parques naturais regionais.

Às CCDRs competirá a integração intersectorial, multinível e a dinamização da competitividade, da integração em redes e a inovação tendo em vista o desenvolvimento sustentável regional, o investimento e o emprego.

A competitividade internacional, a coesão económica, social e territorial, conduzem a que Portugal tenha de dinamizar instituições que apresentam dimensão e potencialidades para a competitividade (as AM e as CCDR) e que se dinamize um outro foco de proximidade ao cidadão e ao território (as CIM e os Municípios).

No âmbito da competitividade é essencial a inserção nas grandes redes mundiais: marítimas, aéreas, económicas, financeiras, energéticas, do conhecimento, da tecnologia, do turismo, etc. É importante considerar onde se ganha a convergência da economia portuguesa e a complementaridade decorrente da valorização da diferenciação.

No âmbito da sequência de iniciativas há que recolher os ensinamentos da recente descentralização de competências para as autarquias locais. Reforçando-as de forma a dar às autarquias locais e às CIMs um conjunto de atribuições e competências que permitam o exercício pleno ao nível local. Simultaneamente há que descentralizar funções para as CCDRs e proceder às alterações propostas para Lisboa e Vale do Tejo.

Após a conclusão destes processos, do qual não decorrerá mais despesa pública, há que tirar conclusões, e realizar os ajustamentos necessários.

João Pereira Teixeira

Região de Lisboa e Vale do Tejo, 9 de maio de 2019

11. BIBLIOGRAFIA

ASCHER, François . L'âge des métropoles (French). Publisher Nouvelles éditions de l'Aube (2009). 392 pages. ISBN:9782815900171

ASCHER, François. Novos Princípios do Urbanismo. Livros Horizonte. Nº páginas 176. ISBN 9789722416702, 2010

BATTY, Michael. The New Science of Cities. The MIT Press. 2013

CASTELLS, Manuel. The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. I. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell. (2009) ISBN 978-0-631-22140-1

CE. 2016. Urban Agenda for the EU, Pacto de Amesterdão

DESFORGES, Marc; GILLI, Frédéric, SABLIC, Eleb; CORDOBA Vanessa. Territoire et innovation (2013). La Documentation française. 112 pages. ISBN-13: 978-2110092304

DYE, Thomas R. . Understanding Public Policy (14^o Edition). Publisher Longman. Boston (2012). 384 pages. ISBN0205238823

FALUDI Andreas (2006). "From European spatial development to territorial cohesion policy". Publicado no jornal "Regional Studies", vol. 40, ed. 6, p. 667-678

FALUDI, Andreas. Cohesion, Coherence, Cooperation: European Spatial Planning Coming of Age? (RTPI Library Series, 1 edition). Publisher Routledge (2010). 224 pages. ISBN041556266X

FERRÃO João (2014). "O Ordenamento do Território como Política Pública". Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2^aed.

FLORIDA, Richard. The Great Reset: How New Ways of Living and Working Drive Post-Crash Prosperity. Publisher HarperCollins, New York (2010). 240 pages. ISBN0062009052

GIRARDET, Herbert. Creating Regenerative Cities 1st Edition, Publisher Routledge (2014). ISBN0415724465

Godet, Michel et Mousli, Marc. Le vieillissement, une bonne nouvelle ? (2009). La Documentation Française. 268 pages. ISBN-13: 978-2110074409

GOODSTADT, Vincent et al. The Charter of European Planning Barcelona 2013 The Vision for Cities and Regions - Territoires of Europe in the 21st Century. ECTP-CEU (The European Council of Spatial Planners. Mariembourg, 2013

GORE, Al. The Future: Six Drivers of Global Change. Publisher Random House Trade (2013). 592 pages. ISBN0812982894

HAJER, Marten; DASSE, Ton. Smart about Cities: Visualising the Challenge for 21st Century Urbanism. Nai010/pbl publishers (2014). 183 pages. ISBN9789462081482

HALL, Peter. Good Cities, Better Lives: How Europe discovered the lost art of Urbanism. Publisher Routledge (2013). 356 pages. ISBN0415840228

LATOUCHE, S., Petit Traité de la décroissance Sereine. Librairie Arthème Fayard, 2007

McHARG, Ian L. . Design with Nature. Editor Garden City, New York, Publisher Natural History Press (1969). 208 pages. ISBN 047111460X

MONTGOMERY, Charles, Happy City, >Transforming Lives Through Urban Design, Farrar, Straus and Giroux. New York. 2013

NATIONS, United. On HABITAT III Issue Papers, 21 – Smart Cities. Not edited, version 2.0, New York (2015)

PUTNAM, Robert D., LEONARDI Robert, NONETTI Raffaella Y. Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton University Press. (1993) ISBN 978-0691078892

RIBEIRO, José Manuel Félix; MOURA, Francisca; e CHORINCAS Joana. Uma Metrópole para o Atlântico, Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-99098-7-0, 2015

RODRIGUES, Duarte; RAMOS, António (2018). Relatório do Desenvolvimento & Coesão. Edição Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.; Dezembro de 2018; ISBN: 978-989-54083-6-8 http://www.adcoesao.pt/sites/default/files/relatorio_desenvolvimento_coesao_adc_2018.pdf

ROGERS, Richard. GUMUCHDJIAN, Philip . Cities For A Small Planet. Icon Editions. Publisher Basic Books (1998). 196 pages. ISBN0813335531

TASKFORCE, Urban [Chaired by Lord Rogers of Riverside]. Towards an Urban Renaissance, Urban. Editor E & Fn SPON. Publisher Routledge (1999). 328 pages. ISBN185112165X

TEIXEIRA, João et al. A Centenary of Spatial Planning in Europe. Editor ECTP European Council of Spatial Planners. Osman Publishing (2013). 249 pages. ISBN9994931482

TEIXEIRA, João Pereira et al. Declaração de Cascais “more of the same is not enough”, aprovada na X Bienal das Cidades e dos Urbanistas da Europa, com o tema “Novos Paradigmas, Desafios e Oportunidades das cidades europeias”. ETCP-CEU. Cascais, 2013

TEIXEIRA, João et all (2018). Para a Estratégia 2030 da RLVT – Competitividade Internacional e Coesão Territorial e Social da RLVT 2030. Maio 2018; ISBN: 978-972-8872-40-3

<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/rlvt2030---para-a-estrategia-2030-da-regiao-de-lisboa-e-vale-do-tejo/10163.htm>

TEIXEIRA, João Pereira. “European Spatial Planning and Cooperation”, comunicação apresentada na Conferência Habitat II em Quito, em representação do ECTP-CEU, realizada no Quito, 20 Outubro (2016)

TEIXEIRA, João Pereira. Artigo “Smart cities tackling cities turning point”, na publicação “Quality of Space – Quality of Life: Planning for Urban Needs of diverse timeframes”. AESOP ed, 2017

TEIXEIRA, João Pereira; Bento, Nuno Ventura. 25th APDR Congress: Circular Economy, Urban Metabolism and Regional Development: Challenges for a Sustainable Future. Artigo publicado, 2018

VAN AUDENHOVE, François-Joseph. The Future of Mobility 3.0 - Reinventing mobility in the era of disruption and creativity (2018). Arthur D. Little